

RELATÓRIO DE GESTÃO 2010 SUEST/MA

GESTÃO ADMINISTRATIVA

FUNASA
FUNASA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MARANHÃO



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

FEVEREIO 2011

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 107/2010 e 110/2010 da Portaria TCU nº 277/2010.

São Luís, MA, 25 de fevereiro de 2011

LISTA DE SIGLAS

FUNASA – FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
DESAI - DEPARTAMENTO DE SAÚDE INDÍGENA
SUESTMA – SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MARANHÃO
ASCOM - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE
DIESP - DIVISÃO DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA
DSEI - DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA
CASAI - CASA DE APOIO À SAÚDE INDÍGENA
AIS - AGENTE INDÍGENA DE SAÚDE
AISAN - AGENTE INDÍGENA DE SANEAMENTO
EMSI - EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DE SAÚDE INDÍGENA

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – DADOS GERAIS DO PROGRAMA - SANEAMENTO RURAL
Tabela 2 – DADOS GERAIS DO PROGRAMA – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS
Tabela 3 – DADOS GERAIS DO PROGRAMA – SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO
Tabela 4 -DADOS GERAIS DO PROGRAMA – PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS
Tabela 5 – DADOS GERAIS DO PROGRAMA – GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PERCENTUAL DE GESTANTES AVALIADAS EM 2010
GRÁFICO 2 – PERCENTUAL DE CRIANÇAS < DE CINCO ANOS E GESTANTES AVALIADAS DE JANEIRO A DEZEMBRO 2010 QUANTO AO PESO E IDADE
GRÁFICO 3 – CASOS NOTIFICADOS DE TUBERCULOSE 2010
GRÁFICO 4 – ÓBITOS EM < DE ANO 2010 – DSEI – MA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1. INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONDA.....	09
1.1. Identificação da UJ - Relatório de gestão individual.....	09
1.2 – QUALIFICAÇÃO DA SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MARANHÃO..	10
1.2.1 – Qualificação do DSEI-MA.....	10
2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE.....	11
2.1 - Responsabilidades institucionais da unidade - Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	12
2.2 - Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	15
2.3 - Programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade.....	16
2.4 - Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	48
2.4.3 - INDICADORES INSTITUCIONAIS.....	59
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS.....	70
4. RESTOS A PAGAR.....	70
5. RECURSOS HUMANOS.....	71
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	78
7. REGISTROS ATUALIZADOS NO SISTEMA SIASG E SICONV.....	79
8. DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	80
9.SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	80
10. INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	82
11. GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	83
12. GESTÃO DE TI.....	86
UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO.....	86
14. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.....	86
15. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES DO TCU..	87
16. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	101
17. INFORMAÇÕES SOBRE COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA.....	101
18. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS PARTIDÁRIOS.....	101
19. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS CONSTITUCIONAIS.....	102
20. INDICADORES DE EMPENHO DO IFES.....	102
21. ANÁLISE DE SITUAÇÃO FINANCEIRA.....	102
22. REMUNERAÇÃO PARA ADMINISTRADORES DE EMPRESAS PÚBLICAS..	102
23. CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”	102
24. INFORMAÇÕES A RESPEITO DA DESIMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS	102

Ministro de Estado da Saúde
Alexandre Padilha

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
Faustino Barbosa Lins Filho

Superintendência Estadual do Maranhão
Jair Vieira Tannús Júnior

Assessoria de Planejamento
Maria de Fátima Oliveira Chaves

Divisão de Engenharia de Saúde Pública
Luiz Augusto de Oliveira Mochel

Divisão de Administração
Antonio Isidio da Silva

Divisão de Recursos Humanos
José Luis do Carmo Soeiro

Missão Institucional

“Realizar ações de saneamento ambiental em todos os municípios brasileiros e de atenção integral à saúde indígena, promovendo a saúde pública e a inclusão social, com excelência na gestão, em consonância com o Sistema Único de Saúde e com as metas de desenvolvimento do milênio.”

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão tem por finalidade demonstrar o desempenho da Superintendência Estadual do Maranhão da Funasa, no Estado do Maranhão, divulgando os resultados alcançados durante o ano de 2010 no que diz respeito às ações desenvolvidas pela Instituição, visando o alcance dos seus Objetivos Estratégicos e, por conseguinte, de sua Missão.

Este Relatório encontra-se estruturado em conformidade com o que disciplina as Decisões Normativas do TCU nº 107/2010 e 110/2010.

No exercício de 2010 as principais realizações da gestão foram:

- Maior fortalecimento dos controles internos com vistas à regularidade da gestão;
- Realização de Licitações e contratações das obras programadas para atendimento das áreas indígenas, possibilitando a execução dos recursos em tempo hábil, bem como a promoção da inclusão social das populações indígenas residentes nas aldeias através da oferta de água de qualidade e de Melhoria Sanitárias Domiciliares com vistas à destinação adequada dos dejetos e a redução da incidência de doenças infecciosas e parasitárias, que acometem principalmente, crianças menores de cinco anos;
 - Cumprimento de mais de 90% das recomendações da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União;
 - Redução dos indicadores de mortalidade e morbidade infantil e materna nas populações indígenas do Estado do Maranhão;
 - Em que pese a carência de pessoal, foram envidados esforços no sentido de agilizar os Convênios voltados para a implantação e/ou implementação dos projetos do Plano de Aceleração do Crescimento, sendo que, a partir da nova estruturação desta Fundação, a celebração dos mesmos foi descentralizada para a Superintendência, proporcionando maior agilidade na conclusão dos processos bem como na oferta dos objetos pactuados à sociedade; Foram intensificadas, também, a implantação de sistemas de abastecimento de água nas aldeias indígenas, bem como o acompanhamento e monitoramento da qualidade da água em todas as aldeias dotadas de sistema de abastecimento de água.
- **Pontos fracos da gestão no exercício de 2010 (destaques em notícias de imprensa, denúncias, entre outros)**

- Sequestro de servidores por lideranças indígenas;
- Apreensão de veículos por parte de lideranças indígenas interferindo na consecução das ações de saúde e saneamento pelos profissionais que necessitavam dos transportes;
- Equipamentos de informática insuficientes e obsoletos, associado à impossibilidade de aquisição em nível da CORE, em face da centralização da aquisição na Presidência;
- Carência de profissionais na área técnica de engenharia e administrativa;
- Incertezas quanto aos procedimentos gerenciais e de ordenação de despesas (principalmente quanto a autorizar viagens no SCDP, suprimento de fundos para a área de saneamento indígena, etc.) referentes às ações de saúde após criação da Secretaria de Saúde Indígena, com o repasse do patrimônio da Funasa para o Ministério da Saúde, redistribuição de pessoal ex-ofício, sem a criação da Unidade Gestora do Distrito Sanitário Especial Indígena nas regionais, com ordenador de despesas já designado.

- Pontos fortes da gestão no exercício de 2010 (destaques em notícias de imprensa, realizações que impactaram positivamente no bom andamento dos trabalhos, entre outros);

- Decisões colegiadas para a qualificação do atendimento das demandas e celeridade a execução das ações;
- Eficácia no acompanhamento dos contratos evitando-se a perda por vencimento e/ou o seu descumprimento;
- Redução de gastos através da adoção de medidas de controle (formulários e migração para novos planos (energia elétrica) dentre outras) como por exemplo: despesas com alimentação, 63%; Telefone móvel 62% de economia, energia elétrica, 52% de economia;
- Celeridade nos processos de pagamentos evitando-se o acúmulo de dívidas e proporcionando a satisfação dos contratados;
- Maior agilidade na execução dos processos licitatórios, levando a termo a execução da programação orçamentária;
- Prioridade no cumprimento das Recomendações dessa Controladoria através do Plano de Providências;
- Maior governabilidade da Gestão estabelecida pela Portaria nº 1.104, de 23.09.2010 que dispõe sobre a descentralização dos atos subsequentes à celebração dos Convênios e Termos de Compromisso para as Coordenações Regionais da Fundação Nacional de Saúde assegurando mais agilidade na consecução dos objetivos dos pleitos.

- Disponibilização de técnicos da área de prestação de contas para, junto a FAMEN – Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, proferir palestras orientando os gestores sobre correta aplicação dos recursos federais, especialmente os oriundos dos convênios, com vistas a reduzir as ocorrências de rejeições e/ou não aprovações das contas apresentadas, assegurando dessa forma, os benefícios à sociedade;
- Criação do NICT – Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica para prestar apoio técnico aos gestores municipais na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento dos convênios a serem celebrados, bem como, acompanhar e fiscalizar os mesmos.

1. INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1. Identificação da UJ - Relatório de gestão individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Saúde			Código SIORG: FUNASA - (2207)
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MARANHÃO – SUEST-MA			
Denominação abreviada: FUNASA/SUEST-MA			
Código SIORG: FUNASA - (2207)		Código LOA: 36211	Código SIAFI: SUEST/MA 255010
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fundação do Poder Executivo			
Principal Atividade: Vide Tabela CNAE/IBGE - 8412-4/00 PROMOÇÃO DE PROGRAMAS DE SAÚDE; FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL			Código CNAE: 8412-4/00
Telefones/Fax de contato:	(098) 3214.3315	(098)3214.3316	(098) 3214.3318 (Fax)
E-mail: / corema.gab@funasa.gov.br			
Página na Internet: http://www.endereconalInternet : www.funasa.gov.br			
Endereço Postal: Logradouro, Cep, Cidade e Unidade da Federação : Rua do Apicum, 243 – Centro – São Luís – MA – CEP; 65.025.070			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<i>Instituída pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, pelo Decreto n.º 100, de 16 de abril de 91, e em conformidade com o que dispõe o Decreto n.º 4.727, de 9 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União, do dia 10 de junho de 2003. Portaria nº. 1.776 de 8 setembro de 2003 que aprova o regimento interno da Funasa.</i>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
	Não consolida outras unidades		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
	Não consolida outras unidades		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
255010		Não consolida outras unidades	

1.2 – QUALIFICAÇÃO DA SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MARANHÃO

Nome do Coordenador Regional	JAIR VIEIRA TANNÚS JÚNIOR
População do Estado	6.109.684 – CENSO IBGE 2005
Nº. de Municípios abrangidos pela SUEST	217
População Indígena no Estado	28.793

1.2.1 – Qualificação do DSEI-MA

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO MARANHÃO - DSEI/MA		
SEDE: São Luís/MA	QUANTIDADE DE ALDEIAS: 290	
EXTENSÃO TERRITORIAL: 19.083,83 km ²	NÚMERO DE PÓLOS BASE: 06	
POPULAÇÃO INDÍGENA: 28.793	NÚMERO DE CASAs: 03	
ETNIAS: Awa-Guajá, Guajá, Guajajara, Krikati, Kanela, Timbira, Gavião e Urubu-Ka'apor.(08 etnias)	MEIOS DE ACESSO AS ÁREAS DE ATUAÇÃO: Terrestre/Fluvial	
IDIOMAS: Tronco Lingüístico Tupi e Macro-Gê		
TOTAL DE MUNICÍPIOS COM ÁREA INDÍGENA: 20		
LOCALIZAÇÃO DOS PÓLOS BASE/ÁREA INDÍGENA DE ATENDIMENTO		
PÓLOS BASE	Distância do Pólo-Base à sede do DSEI	ALDEIAS
PÓLO BASE DE AMARANTE: Município de Amarante.	674 Km	59 aldeias
PÓLO BASE DE ARAME: Município de Arame.	476 Km	61 aldeias
PÓLO BASE DE BARRA DO CORDA: Município de Barra do Corda.	459Km	79 aldeias.
PÓLO BASE DE GRAJAÚ: Município de Grajaú.	600Km	64 aldeias.
PÓLO BASE DE SANTA INÊS: Município de Santa Inês.	245Km	15 aldeias.
PÓLO BASE DE ZÉ DOCA: Município de Zé Doca.	318Km	12 aldeias.
CASAI	PACIENTES ATENDIDOS/DIA	MÉDIA DE PERMANÊNCIA PACIENTE/DIA
SÃO LUIS-MA	8	8 dias
IMPERATRIZ-MA	10	8 dias
TERESINA-PI	8	8 dias

Fonte: SIASI/2010

População por Pólo Base

PÓLOS BASE	POPULAÇÃO
PÓLO BASE DE AMARANTE: Município de Amarante.	5.651
PÓLO BASE DE ARAME: Município de Arame.	5.083
PÓLO BASE DE BARRA DO CORDA: Município de Barra do Corda.	9.598
PÓLO BASE DE GRAJAÚ: Município de Grajaú.	5.559
PÓLO BASE DE SANTA INÊS: Município de Santa Inês.	1.476
PÓLO BASE DE ZÉ DOCA: Município de Zé Doca.	1.426
TOTAL	28.793

Fonte: SIASI 2010

No Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão está concentrada a 7ª maior população indígena do país, conforme dados do Sistema de Informação de Atenção à Saúde Indígena - SIASI, com 28.793 índios, distribuídos em 290 aldeias localizadas em 20 municípios, com 08 Etnias: Guajajara, Gavião, Awá-guajá, Guajá, Urubu-ka'apor, Krikati, Kanela e Timbira, pertencentes aos troncos lingüísticos macro-jê e Tupi.

2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

2.1 - Responsabilidades institucionais da unidade - Papel da unidade na execução das políticas públicas

I – Competência Institucional

A Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, foi instituída com base no disposto no art. 14 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, publicada no DOU de 13.04.1990, Decreto 100 de 16.04.1991, DOU 17.04.1991; Decreto 3.156 de 27.08.1999, DOU 28.08.1999 que dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, no âmbito do Sistema Único de Saúde com a finalidade de prevenir e controlar doenças e outros agravos à saúde; assegurar a saúde dos povos indígenas, fomentar soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças.

A partir da criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI – área do Ministério da Saúde criada para coordenar e executar o processo de gestão do Subsistema de

Atenção à Saúde Indígena em todo Território Nacional. A Sesai tem como missão principal a proteção, a promoção e a recuperação da saúde dos povos indígenas e exercer a gestão de saúde indígena, bem como orientar o desenvolvimento das ações de atenção integral à saúde indígena e de educação em saúde segundo as peculiaridades, o perfil epidemiológico e a condição sanitária de cada Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI, em consonância com as políticas e programas do Sistema Único de Saúde – SUS. Cabe a Sesai coordenar e avaliar as ações de atenção à saúde no âmbito do Subsistema de Saúde Indígena; promoção, articulação e a integração com os setores governamentais e não governamentais que possuam interface com a atenção à saúde indígena. É responsabilidade da Secretaria também identificar, organizar e disseminar conhecimentos referentes à saúde indígena e estabelecer diretrizes e critérios para o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações de saneamento ambiental e de edificações nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Em relação ao controle social e responsabilidade da Sesai a promoção, o fortalecimento e apoio o exercício pleno do controle social no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, por meio de suas unidades organizacionais. Em sua estrutura administrativa a Secretaria conta com dois Departamentos: Departamento de Gestão da Saúde Indígena e Departamento de Atenção à Saúde Indígena.

Regulamentação:

DECRETOS

[Decreto N° 7.395, de 22 de Dez de 2010 - Estabelece a Remuneração para as contratações temporárias](#)

Decreto N° 7.336, de 19 de Out de 2010 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Saúde, e dá outras providências

[Decreto 6.878, de 18 de Jun de 2009](#)

MEDIDA PROVISÓRIAS

[Medida Provisória N° 483, de 24 de Março de 2010](#)

PORTARIAS

Portaria nº 3.965, de 14 de dezembro de 2010 - Aprova os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério da Saúde

[Portaria Nº 3.841, de 7 de Dez de 2010 - Autoriza os Superintendentes Estaduais da Fundação Nacional de Saúde e os Chefes dos Distritos Especiais de Saúde Indígena, perante as Superintendências Estaduais da Fundação Nacional de Saúde a praticar atos referente à saúde indígena. Portaria 3.035, de 17 de Dez de 2008 e Portaria Nº 3.034, de 17 de Dez de 2008.](#)

A FUNASA, passou a atuar com Unidades descentralizadas, Superintendências Estaduais – Suest, em cada Estado, que têm como competências regimentais: coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades da FUNASA nas suas respectivas áreas de jurisdição de acordo com o seu novo Plano Estratégico:

A missão institucional da Fundação Nacional de Saúde compreende duas vertentes principais que se vão desenvolver mediante a elaboração de planos estratégicos nos segmentos de Saneamento e Saúde Ambiental.

As ações de inclusão social mediante cuidados com a saúde são executadas com a prevenção e controle de agravos ocasionados pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico em áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas.

Para o fiel cumprimento de sua missão institucional, como agente qualificado de saúde pública no país, é necessário incutir, desenvolver e praticar a cultura do planejamento estratégico. Nesse aspecto, a **Funasa** convoca todos, inclusive os beneficiários das ações, para o compartilhamento das formulações mais significativas.

A FUNASA, Superintendência Estadual do Maranhão, tem sob sua responsabilidade no Plano Plurianual os Programas de Governo: **0122** cujo objetivo é voltado para os Serviços Urbanos de Água e Esgoto, através das ações de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE), Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE), Fomento à educação em saúde voltada para saneamento ambiental, Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para

Prevenção e Controle de Agravos, Apoio ao controle da qualidade da água para o consumo humano; **1287** que trata do Saneamento Rural através de ações de implantação de melhorias de serviços de saneamento em escolas públicas rurais, publicidade e utilidade pública com divulgação permanente da imagem institucional da Funasa na execução de ações de Saneamento **0016** que contempla a gestão da política de saúde, através da capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação.

O desenvolvimento das ações de saneamento básico, que compreende obras de execução direta em áreas indígenas, notadamente com implantação e manutenção de sistemas de abastecimento de água e melhorias sanitárias domiciliares, bem como atividades de acompanhamento de Convênios celebrados com municípios, a Superintendência Estadual conta com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública, Equipe de Análise e Prestação de Contas e Equipe de Educação em Saúde. Os convênios celebrados compreendem: Implantação e/ou implementação de Sistemas de Abastecimento de Água, Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares e Sistemas de Esgotamento Sanitário.

II) Os objetivos estratégicos:

A Superintendência Estadual do Maranhão definiu como objetivos estratégicos para o exercício de 2010, levando em conta o Plano Plurianual – PPA, elaborado e aprovado como estratégia do Governo Federal para o quadriênio, tendo como período de execução os anos de 2008 – 2011 os seguintes objetivos estratégicos:

- Cumprir as metas previstas no Plano Operacional 2010;
- Monitorar as ações Previstas no Plano Operacional 2010;
- Inserir e monitorar no sistema SIGPLAN/PlamSUS todas as ações previstas no Plano Operacional;
- Contratar pessoal;
- Garantir a regularidade na aplicação dos recursos sob gestão da Superintendência Estadual;
- Reduzir a mortalidade infantil em menores de um ano na população indígena maranhense;

2.2 - Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

I – Análise do mapa/plano estratégico da unidade

Considerando a situação a seguir descrita, as principais decisões tomadas pela gestão com o fito de atingir as metas programadas para o exercício de 2010 foram:

Promover a regularidade da gestão quanto a aplicação dos recursos públicos através de medidas saneadoras de todas as impropriedades/irregularidades detectadas pela Controladoria Geral da União. Para tanto, além da legislação em vigor, foi adotado como instrumento a ser cumprido, o Plano de Providências referente a auditoria de gestão do exercício de 2009, encaminhado a esta Unidade Jurisdicionada bem como o atendimento às recomendações do Tribunal de Contas da União. Os resultados obtidos com a adoção das medidas foi o aumento do controle em todas as áreas, um maior alcance das metas estabelecidas no Plano Operacional 2010, especialmente nas áreas de execução direta das contratações de obras para aumentar a cobertura da oferta de água em área indígena, além de grandes avanços na redução dos indicadores de morbimortalidade dessa população.

II – Plano de ação referente ao exercício

As ações programadas e suas respectivas metas foram estabelecidas no Plano Operacional 2010. Durante o exercício, a gestão atuou promovendo o acompanhamento sistemático do desempenho da área finalística: Saneamento. Nesse contexto, os principais avanços obtidos foram:

- Intensificação das interlocuções com as Prefeituras Municipais com vistas a agilizar os Projetos do PAC e demais convênios, sendo inclusive, criado um grupo técnico de apoio para prestar orientações aos gestores;
- A contratação de profissionais temporários com vistas a suprir a demanda na área técnica de Engenharia de Saúde Pública;
- Descentralização, pela Presidência da Funasa, das atividades de celebração de Convênios para a Superintendência com vistas a aumentar a agilidade na conclusão dos processos.

2.3 - Programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade

2.3.1 – Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

PROGRAMA: 1287 - Saneamento Rural

Tabela 1 - Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população
Objetivos específicos	Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.
Gerente do programa	Francisco Danilo Forte
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Jose Raimundo Machado dos Santos
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxa de cobertura de abastecimento de água em áreas rurais (%) ▪ Taxa de cobertura de esgotamento sanitário em áreas rurais (%) ▪ Taxa de cobertura de abastecimento de água em áreas indígenas (%)
Público-alvo (beneficiários)	População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta

Tabela 1.1 – Dados Gerais da Ação

Ação: 2272 - Gestão e Administração do Programa	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidades Executoras	Superintendência Estadual

Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução da ação	Divisão de Engenharia de Saúde Pública - DIESP
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.

Tabela 1.2 – Dados Gerais da Ação

Ação: 4641 - Publicidade de Utilidade Pública	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Domingos Augusto Germano Xisto da Cunha
Unidade Executora	Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde - ASCOM

O **Plano Operacional** é o instrumento de programação para execução das ações previstas em cada Programa de Governo, sendo que na Superintendência Estadual trabalha-se com Subações, de acordo com a competência de cada área.

Tabela 1.2.1 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Divulgação permanente da imagem institucional da Funasa nas ações de Saneamento e Saúde Indígena.					
Descrição da Meta	Produto	Unidad e de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
1 - Divulgar ações, projetos e programas da Funasa nas áreas de saneamento ambiental e saúde indígena.	Matéria divulgada	unidade	100	89	89%
2 - Disponibilizar o acesso às publicações para divulgação da imagem institucional.	Publicação disponibilizada	unidade	40	29	72,5%
3 - Elaborar Plano de Comunicação para o ano de 2010	Plano elaborado	unidade	1	1	100%
Justificativa	1.Em virtude de alguns materiais produzidos referirem-se a áreas de saúde indígena, a qual foi repassada para a Secretaria de Saúde Indígena MS, houve recomendações do nível central para a não publicação das mesmas no site.				

	2. Apesar de enviar vários releases de jornais de grande circulação no estado, a maioria prioriza as matérias pagas o que dificulta o alcance de 100% das metas programadas. Além disso, houve nova estruturação da Funasa, na qual a Assessoria de Comunicação deixou de existir nas Superintendências Regionais.
--	--

Fonte: Plano Operacional da Suest MA/2010

Tabela 1.3 – Dados Gerais da Ação

Ação: 7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.	
Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Propiciar resolubilidade, em áreas de interesse especial (assentamentos, remanescentes de quilombos e áreas extrativistas) para problemas de saneamento, prioritariamente o abastecimento público de água, o esgotamento sanitário e as melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, bem como a implantação de oficina municipal de saneamento, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição	Fomento e financiamento a implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água e estação de tratamento, ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos, bem como a implantação de melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, assim como a implantação de oficina municipal de saneamento, compreendendo desde a elaboração do projeto até a sua operação plena.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública - DENSP

Tabela 1.3.1 – Execução Física da Subação

Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Saneamento em áreas rurais, em áreas especiais (quilombolas, assentamentos e reservas extrativistas)					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 106 Projetos de saneamento ambiental em comunidades remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, reserva extrativista ou localidades rurais com até 2.500 habitantes .	Projeto analisado	Projeto	106	15	14,15
Realizar 106 visitas preliminares de convênios 2010	Visita técnica preliminar realizada	Visita técnica	106	15	14,15
Aprovar projetos técnicos	Projetos				

	aprovados	Projeto	106	0	0
Realizar 324 visitas de acompanhamento de convênios de 2010.	Visita técnica de acompanhamento realizada	Visita técnica	324	0	0
Justificativa	Devido ao crescente número de pleitos dos municípios, isto teve consequência no acúmulo da demanda de trabalho, impedindo de realizar 100% o acompanhamento das metas deste exercício. Portanto, o número de convênios que se encontram em vigência e em acompanhamento pelos técnicos é consideravelmente superior ao número de técnicos (engenheiros) existentes no SUEST-MA. Tal fato, causa prejuízos na celeridade de acompanhamento e análise de convênios de forma geral. Está sendo solicitado à Presidência da Funasa a contratação de mais engenheiros.				

Fonte: Plano Operacional da Suest MA/2010

Tabela 1.4 – Dados Gerais da Ação

Ação: 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	
Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar as aldeias de condições adequadas de saneamento básico. Contribuir para redução da morbimortalidade por doenças de veiculação hídrica. Contribuir para o controle de doenças parasitárias transmissíveis por dejetos e contribuir para o controle de agravos ocasionados pela falta de condições de saneamento básico em áreas indígenas.
Descrição	Instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água com captação, adução, tratamento e distribuição de água, bem como sistemas de reservatórios e de chafariz; implantação de esgotamento sanitário e rede de coleta; melhorias sanitárias nas aldeias (construção de banheiros, privadas, fossas sépticas, pias de cozinha, lavatórios, tanques, filtros, reservatórios de água e similares de resíduos sólidos).
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública - DENSP

Tabela 1.4.1 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: saneamento básico em aldeias indígenas para prevenção e controle de agravos					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1. Beneficiar 37 aldeias com saneamento básico para controle e prevenção de agravos.	Aldeia beneficiada com projeto elaborado	Aldeia beneficiada	37		
1. Elaborar projetos de sistema de abastecimento de água para contratar sua implantação em aldeias do Dsei/MA (programação 2009 e 2010).	Projeto elaborado	Projeto	37	39	105,4%
2. Contratar a implantação de sistemas de abastecimento de	Obras Contratadas	Aldeia	24		

água para aldeias do Dsei/MA (programação 2009 e 2010).				24	100%
3. Contratar os serviços de ampliação e/ou melhoria dos sistemas de abastecimento de água de aldeias do Dsei/MA (programação 2009 e 2010).	Obras Contratadas	Aldeia	14	13	92%
4. Elaborar projetos de melhorias sanitárias domiciliares (MSD) para contratar sua implantação em aldeias do Dsei/MA.	Projeto elaborado	Projeto	9	8	88%
5. Contratar a construção de melhorias sanitárias domiciliares para aldeias do Dsei/Ma.	Obras Contratadas	Aldeia	9	8	88%
6. Implantar melhorias sanitárias domiciliares (MSD) em aldeias do Dsei MA (programação 2009 e 2010)..	MSD implantada	Aldeia	17	9	0,53%
7. Promover a operação e a manutenção dos sistemas de abastecimento de água existentes nas aldeias do Dsei/Ma.	Comunidade abastecida	Aldeia	139	139	100%
8. Promover a formação em serviço dos Aisans para assegurar a operação dos sistemas de água nas aldeias.	Aisans capacitados	AISAN	40	37	93%
9. Realizar levantamento sanitário e georreferenciado de aldeias do Dsei Maranhão.	Levantamento realizado	Aldeia	60	21	35%
10. Realizar 100 visitas de acompanhamento de obras.	Visita de acompanhamento realizada	Visita	100		
Justificativas	<p>1.A empresa contratada para elaborar os projetos apresentou material elaborado em desacordo com as especificações estabelecidas no contrato, não tendo sido aceito pela DIESP.Os projetos foram, então elaborados pela equipe do SANAI/DIESP, não tendo sido necessária a aplicação dos recursos que foram disponibilizados para este fim.</p> <p>3.Apesar de todas as obras terem sido licitadas, deixou de ser empenhado R\$ 325.434,10, devido ao estorno feito pela Presidência da Funasa dos recursos que haviam sido descentralizados e que se encontravam pré-empenhados no último processo de licitação das obras, destinado a atender às aldeias no município de Grajaú (MA).O empenho precisa ser complementado em 2011 de modo que seja aplicado 97.52% do orçamento inicialmente disponibilizado.</p> <p>4.Os recursos solicitados com a previsão de custos por aldeia não foi suficiente para atender as 9(nove) aldeias inicialmente programadas.Além disso, uma aldeia programada(Santa Maria) , possui 100% dos domicílios com MSD, não houve assim, necessidade de complementação como previsto.Os projetos foram elaborados pela equipe do SANAI/DIESP não exigindo assim a aplicação de recursos.</p> <p>5. Os recursos solicitados com a previsão de custos por aldeia não foi suficiente para atender as 9(nove) aldeias inicialmente programadas.</p> <p>6.A meta programada incluiu as 8 aldeias programadas para serem com os recursos deste ano, cuja licitação foi concluída em dezembro.As melhorias programadas para as 8 aldeias serão executadas em 2011.</p> <p>8.Apesar da Superintendência disponibilizar os AISANS nem todos</p>				

	compareceram ao curso. Parte deles não estão contratados e isso pode ter influenciado na decisão do agente de não ir ao curso. 9. Essa meta ficou prejudicada devido à dificuldade de viabilizar veículo para deslocamento dos supervisores de saneamento até as aldeias e considerando que eles se dedicaram no segundo semestre à formação dos Aisans.
--	---

Fonte: Plano Operacional da Suest MA/2010

Tabela 1.5 – Dados Gerais da Ação

Ação: 10GC - Implantação e Melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais - "Saneamento em Escolas"	
Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Promover a melhoria das condições de saúde dos alunos, reduzir a evasão escolar e elevar a capacidade de ensino e aprendizagem por meio da melhoria das condições sanitárias das escolas públicas rurais em municípios selecionados..
Descrição	Implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água mediante estudo hidrológico local e instalação de poço tubular (poços, cisternas, cacimbões, dentre outros); pequenas adutoras; dessalinizadores, quando necessário; caixas d'água; banheiros com dois gabinetes e um lavatório; cozinha e chafariz para atender as comunidades vizinhas, bem como capacitação de alunos, corpo docente e membros da comunidade local no uso e gestão da água..
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública - DENSP

Tabela 1.5.1 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Implantação e Melhorias dos Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 100 projetos de implantação e melhoria dos serviços de saneamento em escolas públicas rurais (2010)	Projeto Implantado	unidade	100	15	15,0
Realizar 100 visitas preliminares para viabilização de obras de implantação e melhoria dos serviços de saneamento em escolas públicas rurais (2010)	Visita realizada	unidade	100	15	15,0
Realizar 06 visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria dos serviços de saneamento em escolas públicas rurais relativas a exercícios	Visita realizada	unidade	02	0	0

anteriores.					
Justificativa	Devido ao crescente número de pleitos dos municípios, isto teve conseqüência no acúmulo da demanda de trabalho, impedindo de realizar 100% o acompanhamento das metas deste exercício. Portanto, o número de convênios que se encontram em vigência e em acompanhamento pelos técnicos é consideravelmente superior ao número de técnicos (engenheiros) existentes no SUEST-MA. Tal fato, causa prejuízos na celeridade de acompanhamento e análise de convênios de forma geral. Está sendo solicitado à Presidência da Funasa a contratação de mais engenheiros.				

Fonte: Plano Operacional da Suest MA/2010

Tabela 1.6- Dados Gerais da Ação

Ação: 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	
Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar as aldeias de condições adequadas de saneamento básico. Contribuir para redução da morbimortalidade por doenças de veiculação hídrica. Contribuir para o controle de doenças parasitárias transmissíveis por dejetos e contribuir para o controle de agravos ocasionados pela falta de condições de saneamento básico em áreas indígenas.
Descrição	Instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água com captação, adução, tratamento e distribuição de água, bem como sistemas de reservatórios e de chafariz; implantação de esgotamento sanitário e rede de coleta; melhorias sanitárias nas aldeias (construção de banheiros, privadas, fossas sépticas, pias de cozinha, lavatórios, tanques, filtros, reservatórios de água e similares de resíduos sólidos).
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Coordenação Regional
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública - DIESP
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.

Tabela 1.6.1 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: controle de qualidade de água em terras indígenas					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA CONSUMIDA PELA POPULAÇÃO INDÍGENA NO ESTADO DO MARANHÃO	Monitotament o	Aldeias	65	65	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest MA/2010

PROGRAMA: 8007 - Resíduos Sólidos Urbanos

Tabela 2 - Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais
Objetivos específicos	Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores.
Gerente do programa	Vicente Andreu Guillo
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público-alvo (beneficiários)	População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental; em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas.

Tabela 2.1 – Dados Gerais da Ação

Ação: 10GG - Implantação e Melhoria de Sistema Público de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusivo de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	
Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Apoiar, técnica e financeiramente, os estados e municípios na implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 50.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue.
Descrição	A ação de implantação e ampliação dos sistemas de limpeza pública, acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 30.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue, e será implementada por intermédio das modalidades relacionadas a seguir: a) acondicionamento, coleta e transporte; implantação de sistema de coleta convencional e/ou seletiva, incluindo a aquisição de veículos, material e equipamentos para acondicionamento (cestas e contenedores para Postos de Entrega Voluntária - PEV e Locais de Entrega Voluntária - LEV instalados em logradouros públicos); b) unidades de disposição final - aterros sanitários ou de rejeitos. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura para implantar aterros sanitários, incluindo: acesso; proteção adequada da área (cercamento e barreira vegetal); edificações de controle e apoio (balança, escritório, oficina de reparos, etc.), drenagem pluvial de chorume e de gases, impermeabilização de base, tratamento do chorume e equipamentos para operação. c) unidades de tratamento - triagem e/ou compostagem. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura de implantação de unidades de tratamento de resíduos, bem como galpão para separação de resíduos destinados a catadores, incluindo obras civis, materiais e equipamentos; pátio de

	compostagem; balança; aterro de rejeitos e equipamentos para a operacionalização da unidade de tratamento. d) erradicação de "lixões" e recuperação das áreas degradadas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública da Funasa - DENSP

Tabela 2.1.1 — Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Implantação e Melhoria de Sistema Público de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50 mil Habitantes					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 26 projetos de implantação e melhorias de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos de Saneamento de exercícios anteriores.	Projeto Analisado	Projeto	26	0	0
Realizar 05 visitas de acompanhamento de Convênios de Exercícios Anteriores.	Visita realizada	Visita	5	5	100
Realizar 26 visitas preliminares para viabilização de obras de manejo de resíduos sólidos.	Visitas Realizadas	Visitas	26	10	38,46
Justificativa	O Número de convênios que se encontram em vigência e, portanto, encontram-se em acompanhamento pelos técnicos é consideravelmente superior ao número de técnicos existentes na SUEST. Ocasionalmente com isso um déficit no atendimento a demanda prevista.				

Fonte: Plano Operacional da Suest MA/2010

PROGRAMA: 0122 - Serviços Urbanos de Água e Esgoto

Tabela 3 - Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	3.1 – Dados Gerais da Ação	Finalístico
Objetivo geral		Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização
Ação: 2272 - Gestão e Administração do Programa		
Objetivos específicos		Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Tipo da Ação	Atividade	
Gerente do programa		Leodegar da Cunha Tiscoski
Responsável pelo programa		José Raimundo Machado dos Santos
Finalidade âmbito da UJ		Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa		Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União. População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em área de tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.
Público-alvo (beneficiários)		

	serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidades Executoras	Coordenação Regional
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução da ação	Divisão de Engenharia de Saúde Pública - DIESP
Compet.institucionais req, para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.

Tabela 3.2 – Dados Gerais da Ação

Ação: 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Assessorar gestores e técnicos em todos os níveis para o desenvolvimento de ações permanentes de comunicação e educação em saúde, por meio da mobilização social, visando à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento ambiental.
Descrição	As ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento ambiental financiados junto aos estados e municípios pela Funasa têm o sentido de fomentar, apoiar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. A proposta é garantir que as melhorias em saneamento ambiental implementada nos municípios de até 50.000 habitantes, nos projetos das áreas metropolitanas e em áreas especiais (assentamentos, remanescentes de quilombo e áreas extrativistas) integrem-se de forma harmoniosa e sustentável nas comunidades, garantindo a inclusão social por intermédio do acesso das populações vulneráveis aos serviços a que têm direito e colaborando para a adequada e transparente aplicação dos recursos públicos nessa área, inclusive estimulando a parceria junto a outros projetos e programas de iniciativa governamental e não governamental. Com essas ações, esperam-se iniciativas nos municípios beneficiados. Para tal é necessário o assessoramento técnico qualificado, por intermédio das ações discriminadas a seguir: atuação junto aos gestores e técnicos em todos os níveis visando sensibilizá-los para a importância do desenvolvimento de atividades permanentes de Comunicação e Educação em Saúde; apoio técnico aos profissionais que atuam nas diversas instâncias de governo, representantes de ONGs para a elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente; ampliação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), financiada por recursos de convênio, para que se torne gerador/estimulador de outros projetos de alcance social; incentivo à integração das ações permanentes de Comunicação e Educação em Saúde a outros projetos sociais/comunitários visando estimular a participação, controle e inclusão sociais, geração de emprego e renda; fomento à organização de estruturas e equipes locais para o desenvolvimento de ações permanentes de Educação em Saúde; incremento ao apoio logístico e de recursos humanos às Assessorias de Comunicação e Educação em Saúde (ASCOM) das

	Coordenações Regionais da Funasa, por intermédio da aquisição de equipamentos e insumos, pagamento de diárias e passagens, prestação de serviços de terceiros por pessoas física e jurídica visando o cumprimento das ações propostas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Domingos Augusto Germano Xisto da Cunha
Unidade Executora	Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde - ASCOM

Tabela 3.2.1 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Fomento à Educação em Saúde Voltada para Saneamento Ambiental					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1. Apoiar a implantação e/ou implementação de ações de educação em saúde em municípios conveniados com a Funasa, contemplados com recursos do PAC.	Município apoiado	unidade	35	14	40%
2. Apoiar os municípios conveniados com a Funasa, para implantação e/ou implementação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento. (Outros recursos não PAC)	Município apoiado	unidade	60	84	140%
3. Apoiar os municípios na implantação e ou implementação dos Núcleos de Educação em Saúde nos municípios atendidos com recursos da Funasa	Município apoiado	unidade	101	110	108,91%
4. Sensibilizar e apoiar técnicos e gestores municipais para implantação e/ou implementação de ações de educação em saúde e mobilização social nos municípios conveniados com a Funasa contemplados com recursos do PAC.	Município beneficiado	unidade	35	14	40%
5. Apoiar os municípios a beneficiarem as comunidades de áreas especiais (quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e assentados) com ações de educação em saúde e mobilização social (26 comunidades).	Município beneficiado	unidade	2	2	100%
6. Apoiar tecnicamente os	Município				

municípios conveniados com a Funasa, com a implantação e implementação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos Projetos de saneamento ambiental: Saneamento na Escola.	apoiado	unidade	6	6	100%
7. Apoiar tecnicamente por meio do NICT os municípios na elaboração dos planos municipais de saneamento básico	Município beneficiado	unidade	4	4	100%
8. Apoiar 141 municípios na implantação de ações educativas referentes ao Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social – Pesms nos convênios celebrados com a Funasa anteriores a 2006.	Município apoiado	unidade	141	126	89,36
justificativa	1.Em virtude de so terem sido pagos 14 convênios do PAC 4.Falta de liberação de recursos de 16 convênios pela Presidência. 8.A meta não foi alcançada por dificuldades logísticas (trasnportes)				

Fonte: Plano Operacional da Suest 10/2010

Tabela 3.3 – Dados Gerais da Ação

Ação: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	
Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.
Descrição	Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Incluem a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública – DENSP

Tabela 3.3.1 – Execução Física da Subação

Identificação da subação

Denominação: Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 25 projetos de Implantação de Melhoria Sanitárias Domiciliares (relativos aos pleitos de 2010).	Projeto analisado	Unidade	25	15	60,0
Analisar 30 projetos de Implantação de Melhoria Sanitárias Domiciliares de exercícios anteriores.	Projeto analisado	Unidade	30	10	33,33
Realizar 25 visitas preliminares de acompanhamento de convênios de 2010.	Visita realizada	Unidade	25	15	60,0
Realizar 75 visitas de acompanhamento de convênios de 2010	Visita técnica de acompanhamento	Unidade	75	0	0%
Realizar 90 visitas de Acompanhamento de 30 Convênios de Exercícios Anteriores.	Visita técnica de acompanhamento	unidade	90	30	33,33
Justificativa	Devido ao crescente número de pleitos dos municípios, isto teve consequência no acúmulo da demanda de trabalho, impedindo de realizar 100% o acompanhamento das metas deste exercício. Portanto, o número de convênios que se encontram em vigência e em acompanhamento pelos técnicos é consideravelmente superior ao número de técnicos (engenheiros) existentes no SUEST-MA. Tal fato, causa prejuízos na celeridade de acompanhamento e análise de convênios de forma geral. Está sendo solicitado à Presidência da Funasa a contratação de mais engenheiros.				

Fonte: Plano Operacional da Suest MA/2010

Tabela 3.4 – Dados Gerais da Ação

Ação: 10GD – Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	
Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição	Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos

Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública - DENSP
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Coordenação Geral de Engenharia e Arquitetura - CGEAR
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO IX - Art. 75.

Tabela 3.4.1 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 33 projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água relativos aos pleitos de 2010.	Projeto analisado	unidade	33	16	48,48%
Realizar 33 visitas preliminares para viabilização de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativas aos pleitos de 2010.	Visita técnica preliminar realizada	unidade	33	33	100%
Realizar 140 visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativas a exercícios anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exerc. anteriores realizada	unidade	140	70	50%
Justificativa	Devido ao crescente número de pleitos dos municípios, isto teve consequência no acúmulo da demanda de trabalho, impedindo de realizar 100% o acompanhamento das metas deste exercício. Portanto, o número de convênios que se encontram em vigência e em acompanhamento pelos técnicos é consideravelmente superior ao número de técnicos (engenheiros) existentes no SUEST-MA. Tal fato, causa prejuízos na celeridade de acompanhamento e análise de convênios de forma geral. Está sendo solicitado à Presidência da Funasa a contratação de mais engenheiros.				

Fonte: Plano Operacional da Suest ma/2010

Tabela 3.5 – Dados Gerais da Ação

Ação: 10GE – Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico	
Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando a prevenção e o controle de doenças e agravos.
Descrição	Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública - DENSP

Tabela 3.5.1 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 habitantes					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 16 projetos de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário. (relativos aos pleitos de 2010).	Projeto analisado	Projeto	16	8	50
Realizar 16 visitas preliminares de acompanhamento de convênios de 2010.	Visita técnica preliminar realizada	Visita	16	8	50
Realizar 19 visitas de acompanhamento de Convênios de Exercícios Anteriores.	Visita técnica de acomp. de exercícios anteriores realizada	Visita	19	10	52%
Justificativa	Devido ao crescente número de pleitos dos municípios, isto teve conseqüências no acúmulo de demanda de trabalho, impede de realizar 100% do acompanhamento das metas desse exercício. Portanto, o número de convênios que se encontram em vigência e em acompanhamento pelo técnicos é consideravelmente superior ao número de técnicos (engenheiros) existentes na SUEST-MA. Tal fato, causa prejuízos na celeridade de acompanhamento e análise de convênios de forma geral. Está sendo solicitado à Presidência Fusana a contratação de mais engenheiros para a FUNASA-MA.				

Fonte: Plano Operacional da Suest MA/2010

Tabela 3.6 – Dados Gerais da Ação

Ação: 20AF - Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Apoiar técnica e financeiramente os responsáveis pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água visando a melhoria dos procedimentos de controle da qualidade da água e o atendimento dos padrões de potabilidade estabelecidos na legislação vigente. Proporcionar o financiamento da implantação de unidades de fluoretação da água.
Descrição	Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos envolvidos com a operação e manutenção de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água; financiamento para aparelhamento e implantação de unidades laboratoriais e outras instalações destinadas ao controle da qualidade da água para consumo humano; desenvolvimento de ações de vigilância e controle de qualidade da água em áreas indígenas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Superintendência Estadual
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública - DIESP
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.

Tabela 3.6.1 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
APOIAR TECNICAMENTE 30 MUNICÍPIOS NO CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO	Município apoiado	Unidade	30	35	116,67%

Fonte: Plano Operacional da Suest MA/2010

Tabela 3.7 – Dados Gerais da Ação

Ação: 20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 habitantes	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Promover e apoiar, técnica e financeiramente, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias para o fortalecimento institucional dos modelos de gestão dos serviços públicos de saneamento ambiental de estados e municípios..

Descrição	Promoção de intercâmbio com estados, municípios, entidades de ensino e pesquisa, associações e instituições públicas de saneamento, a partir do repasse de experiências e de recursos financeiros, visando ao desenvolvimento de novas tecnologias e de Programas de modelo de gestão para qualidade dos serviços de controle de perdas, de fomento à capacitação, de aquisição de equipamentos, de controle de qualidade da produção de água, de elaboração de plano diretor de saneamento, dentre outros. Esta ação busca a melhoria contínua do desempenho ambiental em um processo cíclico, em que os atores envolvidos revêem e avaliam, periodicamente, os sistemas de gestão em saneamento ambiental empregados, de modo a identificar oportunidades de melhorias.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Superintendência Estadual
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública - DIESP
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.

Tabela 3.7.1 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Fomento à Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Apoiar tecnicamente 14 municípios com a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico.	Municípios Apoiados	Município	10	4	40%
Analisar 04 planos de trabalho e orçamentos detalhados relativos aos PMSB(Exerc.2009)	Plano de trabalho e orçamento detalhado analisados	Plano de trabalho	04	1	25%
Analisar 10 planos de trabalho e orçamentos detalhados relativos aos PMSB(Exerc.2010)	Plano de trabalho e orçamento detalhado analisados	Plano de trabalho	10	0	0%
Participação em 04 reuniões dos Comitês de Coordenação de elaboração do PMSB em caráter orientativo.	Participação em reuniões	Reunião	04	04	100%
Analisar 04 diagnósticos técnico-participativos dos PMSB (Exerc. 2009)	Diagnósticos analisados	Unidade	04	0	0%
Elaborar parecer final referente aos demais produtos contidos no TR	Parecer elaborado	Parecer	04	0	0%

Justificativa	A dificuldade para cumprimento de umas metas deveu-se a falta de remessas dos documentos pelos prefeitos para análise do comitê para aprovação. Estratégias e Superação: reuniões técnicas com a FAMEM para a conscientização dos gestores, implantando reuniões com os prefeitos nos municípios. Com relação às reuniões dos comitês, as reuniões foram realizadas em São Luís (MA).
---------------	---

Fonte: Plano Operacional da Suest ma/2010

PROGRAMA: 0150 – Proteção e Promoção dos Povos Indígenas

Tabela 4 - Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Reorganizar e fortalecer o sistema nacional de política indigenista
Objetivos específicos	Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral
Gerente do programa	Márcio Augusto Freitas de Meira
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Wanderley Guenka
Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coeficiente de Incidência Parasitária de Malária na população indígena (1/1000) ▪ Coeficiente de Incidência de Tuberculose Bacilífera na população indígena (1/100.000) ▪ Coeficiente de Mortalidade Infantil entre crianças indígenas menores de 1 ano (1/1000)
Público-alvo (beneficiários)	Sociedades Indígenas

Tabela 4.1 – Dados Gerais da Ação

Ação: 2272 - Gestão e Administração do Programa	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Wanderley Guenka
Unidade Executora	Departamento de Saúde Indígena - DESAI

Tabela 4.2 – Dados Gerais da Ação

Ação: 6140 - Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas.	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Combater a desnutrição na população indígena
Descrição	Cadastramento das famílias indígenas no Cadastro Único; dotação extensiva de equipamento adequado para atenção alimentar e nutricional. Fomentar a alimentação saudável de acordo com as especificidades etno-culturais. Contribuir na formulação e implantação das políticas intersetoriais de segurança alimentar, gestão ambiental e desenvolvimento sustentável dos povos indígenas. Garantir a inclusão das populações indígenas nos instrumentos governamentais visando uma alimentação saudável e compatível com sua cultura.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Wanderley Guenka
Unidade Executora	Departamento de Saúde Indígena - DESAI

Tabela 4.2.1 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Implementação das Ações de Vigilância Alimentar e Nutricional nas Áreas Indígenas					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1. Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional em 60 % das crianças menores de 5 anos;	% de crianças < 5 anos acompanhadas	%	60	41,6%	41,6%
2. Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional em 60% das gestantes.	% de gestantes acompanhadas	%	60	21,07%	21,07%
Justificativas	As metas pactuadas foram prejudicadas devido a demora na conclusão do processo de aquisição das balanças e réguas antropométricas além da dificuldade de identificação precoce das gestantes ao pré-natal, engessando assim as atividades de intervenções e intercorrências em gestantes e crianças < de 5 anos,atenuando com isso o monitoramento mensal.				

Fonte: Plano Operacional da Suest MA/2010

Tabela 4.3 – Dados Gerais da Ação

Ação: 8743 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Disponibilizar serviços de saúde aos povos indígenas
Descrição	Assistência à saúde no âmbito dos DSEI: contratação de recursos humanos de nível médio e superior; aquisição de insumos estratégicos (medicamentos, imunobiológicos e correlatos) deslocamento das equipes multidisciplinares de saúde indígena e das equipes técnicas (aéreo, terrestre e fluvial) incluindo diárias e passagens; manutenção dos postos de saúde, dos polos base e das casas de saúde do índio- CASAI (gêneros alimentícios, materiais de expediente, de limpeza e de higiene). Acompanhamento e supervisão sistemática às EMSI. Divulgação e visibilidade das ações realizadas (produção de publicações, manuais, cartilhas e correlatos); desenvolvimento e conclusão de estudos e pesquisa sobre saúde indígena; qualificação de profissionais de saúde de nível médio e superior para execução de ações de saúde para a população indígena; capacitação de lideranças indígenas para atuação como agente indígena de saúde; capacitação de técnicos para atuação na área gerencial das unidades de saúde nos DSEI; realização de educação continuada para as EMSI; capacitação de operadores do SIASI e monitores do DESAI; qualificação de profissionais de saúde e técnicos do DSEI em vigilância em saúde; capacitação para o uso de ferramentas informatizadas; acompanhamento da instalação, manutenção e aplicação de ferramentas informatizadas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Wanderley Guenka
Unidade Executora	Departamento de Saúde Indígena - DESAI

Tabela 4.3.1 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Capacitação de Profissionais e Controle Social na Área da Saúde Indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Promover a participação de profissionais que atuam na área da saúde indígena nos 06 Pólos Bases e DSEI, em eventos de capacitação	Participação em evento	unidade	215	83	38,6
Realizar, pelo menos, 06 reuniões de Conselho Local de Saúde Indígena;	Reunião realizada	Unidade	06	06	100
Realizar, pelo menos, 03 reuniões de Conselho Distrital de Saúde Indígena.	Reunião realizada	unidade	03	01	33,3
Justificativas	<p>01. Apenas a Capacitação Pedagógica foi realizada em 2010 ficando as outras para 2011. as outras participações foi em parceria com a Secretária de Estado da Saúde, pois os processos licitatórios para das capacitações só foram concluídos em dezembro não havendo mais tempo para a realização em 2010.</p> <p>02. Apenas uma Reunião do Conselho Distrital de Saúde Indígena em 2010 devido a reestruturação dos Conselhos Locais, mas foram realizadas todas as reuniões dos Conselhos Locais.</p> <p>03. Os recursos para realização das Reuniões dos Conselhos Locais e Distrital estão no Plano de Trabalho da Conveniada Missão Evangélica Caiuá e a Capacitação Pedagógica foi na modalidade de Pacote.</p>				

Fonte: Plano Operacional da Suest MA/2010

Tabela 4.3.2 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Promoção da Educação em Saúde dos Povos Indígenas					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Beneficiar 20 aldeias com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social na Atenção Integral à Saúde dos Povos Indígenas	Aldeia beneficiada	Un.	20	14	70%
Beneficiar 03 CASAI's com Ações de Educação em Saúde	CASAI Beneficiada	Un.	03	02	66,67
Justificativa	1.Em virtude da CASAI/PI situar-se em outro Estado, dificultando a conclusão da meta. 2.A meta não foi cumprida em 100% face a existência de conflitos indígenas em alguns municípios, inviabilizando seu atingimento.				

Fonte: Plano Operacional da Suest MA/2010

Tabela 4.3.3 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Implementação das Ações de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança Indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Investigar 100% dos óbitos infantis;	% de óbitos investigados	%	100 %	100 %	100 %
Realizar pelo menos 4 consultas em 60% das gestantes;	% de gestantes com 4 consultas ou mais	%	60 %	29%	29%
Realizar exames de PCCU em 40% das mulheres na faixa etária de 25 a 59 anos.	% de mulheres examinadas	%	40%	13,3%	13,3%
justificativa	1.A meta pactuada na realização de pelo menos 4 consultas em 60% das gestantes,foi prejudicada devido a omissão da gravidez e evasão das indígenas para matas e cidades causando um início tardio na adesão ao pré-natal por volta do 5º e 6º mês de gestação; 2. . Esclarecendo a baixa cobertura de exames de PCCU que foi de 13,3% justificamos que: as indígenas deixam de realizar o preventivo devido a alguns fatores como medo,vergonha,recusa do parceiro em aceitar a efetivação do exame,ausência do conhecimento da relevância da prevenção e demora dos resultados dos exames desmotivando as mesmas.				

Fonte: Plano Operacional da Suest MA/2010

Tabela 4.3.4 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Implantação das Ações de Assistência Farmacêutica para o Subsistema de Saúde Indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Registrar 100% das movimentações de materiais farmacológicos no SISCOESC;	%Movimentações registradas	%	100	100%	100%
Capacitar, no mínimo 1 profissional de cada pólo base	Profissionais capacitados	Unidade	06	24 profissionais capacitados	24 profissionais capacitados
justificativa	Foram capacitados os profissionais que atuam na sede do DSEI (2 profissionais) e para os pólos onde há unidades dispensadoras conforme segue: (1) em Amarante,(2) em Arame ,(7) em Barra do Corda,(7) em Grajaú, (1) em Santa Inês,(1) em Zé Doca e 1 para cada CASAI (São Luis,Imperatriz e Teresina).				

Fonte: Plano Operacional da Suest MA/2010

Tabela 4.3.5 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Implantação da Vigilância Ambiental / fatores biológicos em área indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Designar um responsável Técnico para atuar na Vigilância Ambiental;	Responsável Técnico Designado	Unidade	1	1 Responsável 100% da meta	100%
Realizar diagnóstico epidemiológico das doenças/agravos transmitidos por vetores e antropozoonoses (Leishmaniose, Raiva e Animais Peçonhentos);	Diagnóstico Realizado	Unidade	1	100% da Meta	100%
Elaborar Plano de Ação com base no diagnóstico realizado.	Plano de Ação	Unidade	1	100% da Meta	100%
justificativa	Quanto a Vigilância Ambiental foi designado um Responsável Técnico que desenvolveu seus trabalhos através da realização de diagnóstico epidemiológico e da elaboração do plano de ação o que resultou em 100% das metas alcançadas.				

Fonte: Plano Operacional da Suest MA/2010

Tabela 4.3.6 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Implementação de ações de atenção à saúde bucal para a população indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Atingir a média 1,0 procedimento odontológico assistencial básico;	Média de procedimento alcançada	Procedimento	1,0	0,53	0,53%
Ampliar em 10% de consultas programáticas	Nº de consultas realizadas	Consultas	250	2.677	2.677
Ampliar em 10% a conclusão de tratamento odontológico básico	Nº de tratamento concluído	Tratamento concluído	253	610	610
Ampliar em 10% a cobertura média de escovação dental supervisionada.	% de cobertura	%	33%	37,75%	37,75%
justificativa	No mês de maio de 2010, o DSEI Maranhão promoveu capacitação para os profissionais do Programa de Saúde Bucal com ênfase para a intensificação das ações desenvolvidas pelas equipes e cumprimento das metas estabelecidas. A capacitação repercutiu de forma extremamente positiva, elevando a maioria dos indicadores. Para o indicador procedimento odontológico assistencial básico não foi possível avançar significativamente em 2010, por tratar-se de ações que necessitam de equipamento, que estão sendo adquiridos pelo DSEI, visando ampliar o acesso de toda a população indígena ao atendimento de saúde bucal em 2011.				

Fonte: Plano Operacional da Suest MA /2010

Tabela 4.3.7 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Implementação das ações de prevenção e controle de DST/HIV/AIDS					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Testar 50% de gestantes para HIV;	% de gestantes testadas para HIV	%	50	42,1%	42,1%
Testar 60% de gestantes para Sífilis;	% de gestantes testadas para Sífilis	%	60	98,8%	98,8%
Realizar sorologia em 50% de gestantes para hepatites virais;	% de gestantes com sorologia realizada para HV	%	50	6,2%	6,2%
Testar 50% dos parceiros das gestantes para HIV/Sífilis e HV;	% de parceiros testados	%	50	25%	25%
Testar 100% dos indivíduos que apresentarem sintomatologia para AIDS, Tuberculose, Toxoplasmose, Hepatite e Leishmaniose	% de indivíduos testados	%	100	100%	100%
Informar 100% dos casos de HIV, AIDS e Hepatites Virais, no SIASI;	% de casos informados	%	100	100%	100%

Tratar 100% dos casos de DST diagnosticados por meio da abordagem sindrômica;	% de casos tratados	Unidade	439	100%	100%
Aumentar em 20% a disponibilidade de preservativos.	Nº preservativo disponibilizados	Unidade	17.280	67%	67%
JUSTIFICATIVAS	<p>1. Avançamos quanto a testagem de HIV em gestante, porém a meta foi prejudicada por se tratar de um exame opcional e por haver recusa das gestantes em realizar o mesmo;</p> <p>3. Quanto à sorologia para hepatites virais apenas 6,2% das gestantes foram testadas por se tratar de um exame que não é disponibilizado com frequência nos serviços de saúde de referência dos municípios;</p> <p>4. Quanto à testagem dos parceiros das gestantes para os exames de HIV, Sífilis e HV a meta alcançada foi de 25% devido à recusa dos parceiros em realizar os exames citados acima prejudicando com isso o alcance da meta;</p> <p>8. Quanto à disponibilidade de preservativos, aumentamos de 11.520 para 17.280 unidades mensais, perfazendo um percentual de 67% em seu aumento e distribuição.</p>				

Fonte: Plano Operacional da Suest MA/2010

Tabela 4.3.8 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Controle de Malária em área indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Reduzir pelo menos 15% o número de casos de malária;	Número de casos de malária	Unidade	22	Redução em 25%	Redução em 25%
Realizar busca ativa em 100% das aldeias que apresentarem casos	% de aldeias com busca ativa realizada	%	100	100%	100%
Tratar 100% dos casos confirmados	% casos tratados	%	100	100%	100%
JUSTIFICATIVAS	Quanto ao Controle de Malária conseguimos realizar uma redução de 25% dos casos através do monitoramento epidemiológico e tratamento.				

Fonte: Plano Operacional da Suest MA/2010

Tabela 4.3.9 - Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Implementação das ações de controle da Tuberculose e Hanseníase nas áreas indígenas					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar busca ativa de sintomáticos respiratórios em 100% das aldeias com registro de caso novo;	% de aldeias com busca ativa realizada	%	100	52%	52%
Realizar TDO* em 100% dos casos diagnosticados;	% de casos com TDO realizado	%	100	86%	86%

Alcançar o percentual de 70% de cura dos casos de Tuberculose diagnosticados	% de cura alcançada	%	70	82%	82%
Realizar busca ativa da hanseníase em 100% das aldeias que apresentarem registro de casos	% de aldeias com busca ativa realizada	%	100	0	0
JUSTIFICATIVA	<p>1. Em alguns municípios que possuem população indígena os serviços do programa de controle da tuberculose não oferecem condições de realizar uma busca ativa nos sintomáticos respiratórios.</p> <p>2. Alguns pacientes em tratamento mudam de aldeia sem comunicar a equipe de saúde o que dificulta a observação da tomada do medicamento.</p> <p>3. Em 2009 82% dos pacientes que iniciaram tratamento tiveram alta por cura</p> <p>4. Não foi registrado caso de hanseníase em indígena em 2010 no DSEI/MA</p> <p>O recurso programado para a subação foi devolvido em virtude dos insumos terem sido adquiridos na compra do material médico/enfermagem.</p>				

Fonte: Plano Operacional da Suest MA/2010

Tabela 4.3.10 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Implementação das ações de imunização nas aldeias					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Alcançar 60,0% de pessoas com esquema vacinal completo;	% de pessoas com esquema vacinal completo	%	60,0	Não foi possível calcular o n° de pessoas com esquema completo	Não foi possível calcular o n° de pessoas com esquema completo
Alcançar 80,0% de cobertura vacinal para as vacinas tetravalente ou Penta valente e VOP em < 1 ano;	% cobertura alcançada	%	80	VOP (1,19%) TETRA (0,66%)	VOP (1,19%) TETRA (0,66%)
Alcançar 85% de cobertura vacinal para as vacinas Hepatite B e Tríplice Viral, na faixa etária de 1-4 anos;	% cobertura alcançada	%	85	HEP B (30,2%) TV (4,5%)	HEP B (30,2%) TV (4,5%)
Alcançar 85% de cobertura vacinal para as vacinas Dupla Adulto e Tríplice Viral, para as mulheres em idade fértil;	% cobertura alcançada	%	85	TV (9,5%) DT (68,9)	TV (9,5%) DT (68,9)
Ampliar para no mínimo 4 o número de entradas de equipes de vacinação nas aldeias de difícil acesso.	N° entradas	Unidade	4	<p>Nas áreas de Zé Doca e Amarante 1,5(uma e meia) entradas e o restante dos pólos 3 entradas</p> <p>Nas áreas de Zé Doca e Amarante 1,5(uma e meia) entradas e o restante dos pólos 3 entradas</p>	

JUSTIFICATIVAS	<p>1. Nenhum Pólo-Base nos informou o número de pessoas com esquema vacinal completo;</p> <p>2. Nenhum Pólo Base encaminhou ao DSEI seus Censos Vacinais atualizados para que fosse calculado a cobertura das vacinas tetravalente, pentavalente e VOP nos < de 1 ano, apesar de sabermos que na maiorias dos Pólos Base houveram três entradas das equipes de vacinadores nas áreas indígenas. Conclui-se que nos falta apenas informações para melhorar a cobertura vacinal.</p> <p>3. Nenhum Pólo Base encaminhou ao DSEI seus Censos Vacinais atualizados para que fosse calculada a cobertura das vacinas Hepatite B e Tríplice Viral, na faixa etária de 1-4 anos, mesmo sabendo que houve três entradas das equipes de vacinadores nas áreas indígenas em 2010.</p> <p>4. Nenhum Pólo Base encaminhou ao DSEI seus Censos Vacinais atualizados para que fosse calculada a cobertura das vacinas Dupla Adulto e Tríplice Viral nas mulheres em idade fértil, apesar de sabermos que as equipes de vacinadores continuam entrando nas áreas indígenas no mínimo três vezes ao ano.</p> <p>5. Nas áreas de difícil acesso, como as aldeias do Pólo Base de Zé Doca e Amarante o número de entrada das equipes de vacinadores foram de 1.5 no ano, devido aos inúmeros problemas mecânicos ocorridos nos veículos do pólo. Nos demais Pólos Base o número de entradas fez-se em 3(três).</p>
----------------	--

Fonte: Plano Operacional da Suest MA/2010

Tabela 4.3.11 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Fortalecimento do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena - SIASI					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Enviar no mínimo, 01 lote mensal para alimentação;	DSEI com lote enviado	Nº de lote	12	100%	100%
Inserir 100% dos indígenas nascidos vivos no SIASI	% de inserção	%	100	Finalizando o a Inserção de Dados	Finalizando a Inserção de Dados
Inserir 100% dos óbitos de indígenas no SIASI.	% de inserção	%	100	Finalizando o a Inserção de Dados	Finalizando a Inserção de Dados
JUSTIFICATIVA	Não foi possível inserir 100% dos nascidos vivos e óbitos indígenas no prazo estipulado em virtude do atraso no envio dos dados ao DSEI. Entretanto estamos agilizando a busca dos mesmos para finalizar até o dia 31/03/2011.				

Fonte: Plano Operacional da Suest MA2010

PROGRAMA: 0016 - Gestão da Política de Saúde

Tabela 5 - Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Fortalecer a gestão do SUS nas três esferas de governo, de modo a melhorar e aperfeiçoar a capacidade resolutiva das ações e serviços prestados à população
Objetivos específicos	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas públicas setoriais a avaliação e controle dos programas na área de saúde.
Gerente do programa	Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Sheila Rezende e Carlos Luiz Barroso Junior
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Tabela 5.1 – Dados Gerais da Ação

Ação: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Carlos Luiz Barroso Junior
Unidade Executora	Departamento de Administração - DEADM

Tabela - 5.1.1 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Participação de Servidores Públicos Federais em Eventos de Capacitação					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %

Promover a participação de servidores públicos federais em eventos de capacitação	Nº de participações	Participação	260	265	101,92
Justificativa	Fomentar o desenvolvimento de pessoal através de constante processo de formação continuada.				

Fonte: Plano Operacional da Suest MA/2010

Tabela - 5.1.2 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Participação de Servidores Públicos Federais em Eventos de Capacitação					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Capacitar servidores públicos federais	Servidor capacitado	unidade	180	265	147,2%
Justificativa	Atender ao plano nacional de capacitação do Governo Federal qu que prevê a participação de servidores em pelo menos uma capacitação ao ano.				

Fonte: Plano Operacional da Suest MA/2010

Tabela – 5.1.2 - Dados Gerais da Ação

Ação: 2000 - Administração da Unidade	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p>

	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Carlos Luiz Barroso Junior
Unidade Executora	Departamento de Administração - DEADM

PROGRAMA: 1 – Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima Fluvial

Tabela 6 - Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Evitar enchentes e erosões nas áreas urbanas
Objetivos específicos	Desenvolver obras de drenagem urbana em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano e de uso e ocupação do solo.
Gerente do programa	Francisco Campos de Abreu – Ministério da Integração Nacional
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	José Raimundo dos Santos - Funasa
Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa	
Público-alvo (beneficiários)	Populações urbanas e litorâneas residentes em municípios com áreas sujeitas à inundação periódica ou erosão marinha.

Tabela 6.1 – Dados Gerais da Ação

Ação: 3883 - Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para a Prevenção e Controle da Malária.	
Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Implantar e melhorar os serviços de drenagem e manejo ambiental visando à prevenção e controle da malária, em aglomerados urbanos, em municípios localizados em área endêmica da malária com transmissão urbana autóctone..
Descrição	Trata-se do desenvolvimento de ações de drenagem em aglomerados urbanos, em municípios localizados em área endêmica de malária com transmissão urbana autóctone. A ação contempla intervenções que visam contribuir para a minimização

	da proliferação de vetores da malária, ou seja, contempla intervenções por meio de obras de engenharia e/ou manejo ambiental que inviabiliza as condições ambientais e biológicas favoráveis a proliferação do vetor. São financiáveis ações de esgotamento de água pluvial, canalização, retificação, limpeza e demais obras de melhoria do fluxo d'água, com uso de tecnologias adequadas. Somente são financiadas intervenções em locais de criadouros do vetor transmissor da malária, comprovados por meio de parecer entomológico e epidemiológico da área.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Tabela 6.1.1 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para Prevenção e Controle da Malária					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 04 projetos de Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para Prevenção e controle da Malária (relativos aos pleitos de 2010)	Projeto analisado	Projeto analisado	4	0	0%
Realizar 04 visitas preliminares de convênios de 2010.	Visita técnica preliminar Realizada	Visita técnica preliminar Realizada	4	0	0%
Justificativa	Devido ao crescente número de pleitos dos municípios, isto teve conseqüências no acúmulo de demanda de trabalho, impede de realizar 100% do acompanhamento das metas desse exercício. Portanto, o número de convênios que se encontram em vigência e em acompanhamento pelo técnicos é consideravelmente superior ao número de técnicos (engenheiros) existentes na SUEST-MA. Tal fato, causa prejuízos na celeridade de acompanhamento e análise de convênios de forma geral. Está sendo solicitado à Presidência Fusana a contratação de mais engenheiros para a FUNASA-MA.				

Fonte: Plano Operacional da Suest ma/2010

PROGRAMA: 0750 – Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima Fluvial

Tabela 7 - Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Apoio às Políticas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Não definido
Objetivos específicos	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Gerente do programa	Não se aplica
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Carlos Luiz Barroso Junior - Funasa
Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa	
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Tabela 7.1 – Dados Gerais da Ação

Ação: 20cw Assistência Médica aos servidores e Empregados Públicos – Exames Periódicos	
Tipo da Ação	Não informado
Finalidade	Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)
Coordenador Nacional da Ação	Carlos Luiz Barroso Junior
Unidade Executora	Departamento de Administração (DEADM)

Tabela 7.1.1 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Assistência Médica aos servidores e Empregados Públicos – Exames Periódicos na Funasa					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1. Realizar Exames Periódicos em 100% servidores ativos, empregados públicos, nomeados em cargos de comissão lotados na SUEST-MA.	Servidores beneficiados	Unidade	833	0	0%
Justificativa:	Informe que os exames periódicos não foram realizados conforme programação em virtude da não liberação do Sistema SIAPE SAÚDE que encontra-se em fase de adaptação, bem como não possuir ainda autorização da Presidência para realizá-lo.				

Fonte: Plano Operacional da Suest MA/2010

Tabela 7.2 – Dados Gerais da Ação

Ação: 2000 - Administração da Unidade	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada Administração da Unidade substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Carlos Luiz Barroso Junior
Unidade Executora	Departamento de Administração (DEADM)

Tabela 7.2.1 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Fomentar o desenvolvimento	Ação				

de pelo menos três ações do PCMSO na Coordenação Regional, sendo uma delas a Ginástica laboral	desenvolvida	Unidade	03	0%	0%
Justificativa	Não foi disponibilizado recursos para contratação de pessoal para implementação da ginástica laboral, sendo que a SUEST não dispõe de profissional capacitado para desenvolver a atividade. Estratégia: buscar uma maior conscientização por parte dos servidores lotados nesta SUEST através de folders, informativos nos contra-cheques, mensagens no site da própria instituição e outros meios de divulgação e de fácil acesso aos servidores.				

Fonte: Plano Operacional da Suest MA/2010

Tabela 7.2.2 – Execução Física da Subação

Identificação da subação					
Denominação: Melhoria do Ambiente de trabalho - Laudo de Avaliação Ambiental					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Implementar medidas corretivas identificadas no laudo de avaliação ambiental da SUEST-MA	% de medidas	%	46,52	20,08	43,16%
Justificativa	Esta SUEST deixou de atender integralmente as recomendações em face de não ter sido concluído o Projeto de Reforma da SUEST no exercício de 2010. Encaminhado à Presidência no início de 2011, foi impossibilitado de ser executado em virtude de decreto Presidencial que proibiu despesas com reformas em órgãos públicos federais.				

Fonte: Plano Operacional da Suest MA/2010

III – Considerações Gerais sobre o atingimento das metas físicas e financeiras:

Justificativa: A UJ não faz o acompanhamento de execução financeira da Subação, uma vez que sua programação recai sobre custeio, e a sua aplicação se realiza de forma compartilhada com outras subações.

Quadro 2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Esta UJ não é UO e não tem UGO consolidada ou		

agregada.		
-----------	--	--

2.4 - Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 - Execução Orçamentária da Despesa

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro 2.4 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte: : Esta SUEST não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA”

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro 2.5 Programação de Despesas Capital

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte: : Esta SUEST não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA”

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$
1,00

Quadro 2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total							

Fonte: : Esta SUEST não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA”

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$
1,00

Quadro 2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	255010	2000	44.858,92		2.022.262,32
		255010	0181	51.783,01		-
		255010	2012			2.308,11
		255010	2272			2.255.487,92
		255010	4572			107.124,97
		255010	6908			58.153,44
		255010	8743			3.543.115,36
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	255010	2272	566.943,10		
		255010	2000	42.196,42		
		255010	6881	2.430,00		
		255010	3869	368.393,51		

		255010	20AG	261.766,00		
		255010	7684	5.525.002,17		
		255010	20AF	1.289.275,72		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI, visto que este quadro não foi elaborado pela Presidência da Funasa por meio do SIAFI GERENCIAL classificado por ação.

2.4.1.5 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Quadro 2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros				

Fonte: Esta SUEST não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA”

2.4.1.6 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ.

Quadro 2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
3190.08	96.753,44	95.312,38	96.753,44	95.312,38	-	-	96.753,44	95.312,38
3190.91		1.329,55		1.329,55	-	-		1.329,55
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
3390.14	1.382.445,65	1.641.639,28	1.382.445,65	1.641.639,28			1.377.484,68	1.641.639,28
3390.30	328.401,97	747.754,41	278.806,17	379.131,93	45.595,80	368.622,48	276.876,17	378.989,73
3390.33	19.500,00		19.500,00				19.500,00	
3390.36	458.820,00	118.491,11	426.927,53	109.696,00	31.892,47	8.795,11	412.115,01	109.696,00
3390.37	1.318.872,91	1.962.325,47	738.166,97	1.782.349,59	580.705,94	179.975,88	738.166,97	1.782.349,59
3390.39	3.825.656,76	3.249.021,80	3.222.241,12	2.613.362,43	603.415,64	635.659,37	3.222.241,12	2.498.959,55
3390.45	2.617,13		2.173,40		443,73		2.173,40	
3390.47	36.080,99	42.729,65	35.129,86	42.729,65	951,13		35.129,86	34.881,90
3390.92	236.148,57	188.560,92	188.909,62	188.268,81	47.238,95	292,11	188.909,62	188.268,81
3390.93	71.988,40	26.898,28	71.988,40	26.898,28			61.261,40	26.898,28
3391.39	5.990,00	11.031,20	4.186,00	7.038,80	1.804,00	3.992,40	3.802,00	7.038,80
3391.92	1.008,00		1.008,00				1.008,00	

Fonte: SIAFI GERENCIAL elaborado pela Presidência da Funasa

2.4.1.7 - - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Quadro 2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
4490.51	1.744.601,59	6.995.102,00	212.354,04		1.532.247,55	6.995.102,00	212.354,04	
4490.52	410.848,77	1.060.904,92	42.625,37	309.742,33	368.223,40	751.162,59	33.248,80	308.972,33
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI GERENCIAL elaborado pela Presidência da Funasa

Quadro 2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	38.000,00	25.540,38	38.000,00	25.540,38
Tomada de Preços	118.122,64	0,00	118.122,64	0,00
Concorrência	56.231,40	0,00	56.231,40	0,00
Pregão	3.471.211,48	4.337.558,22	3.462.505,23	4.285.769,97
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	562.079,44	462.274,54	559.479,12	421.673,99
Inexigibilidade	112.570,79	210.797,16	112.186,79	194.248,14
Não se aplica	2.112.342,64	1.953.399,40	2.081.842,15	1.939.174,39
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	155.903,74	111.287,40	155.903,74	111.287,40
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	1.382.445,65	1.641.639,28	1.377.484,68	1.641.639,28
Diárias a Colaboradores	357.928,88	13.828,70	343.116,36	13.828,70
Outras				

Fonte: SIAFI GERENCIAL elaborado pela Presidência da Funasa

Quadro 2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
3390.14	1.382.445,65	1.641.639,28	1.382.445,65	1.641.639,28			1.377.484,68	1.641.639,28
3390.30	328.401,97	747.754,41	278.806,17	379.131,93	479.595,80	368.622,48	276.876,17	378.989,73
3390.33	19.500,00		19.500,00				19.500,00	
3390.36	458.820,00	118.491,11	426.927,53	109.696,00	31.892,47	8.795,11	412.115,01	109.696,00
3390.37	1.318.872,91	1.962.325,47	738.166,97	1.782.349,59	580.705,94	179.975,88	738.166,97	1.782.349,59
3390.39	3.831.646,76	3.260.053,00	3.226.427,12	2.620.401,23	605.219,64	639.651,77	3.226.043,12	2.505.998,35
3390.45	2.617,13		2.173,40		443,73		2.173,40	
3390.47	36.080,99	42.729,65	35.129,86	42.729,65	951,13		35.129,86	34.881,90
3390.92	237.156,57	188.560,92	189.917,62	188.268,81	47.238,95	292,11	189.917,62	188.268,81
3390.93	71.988,40	26.898,28	71.988,40	26.898,28			61.261,40	26.898,28
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI GERENCIAL elaborado pela Presidência da Funasa

Quadro 2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
4490.51	1.744.601,59	6.995.102,00	212.354,04		1.532.247,55	6.995.102,00	212.354,04	
4490.52	410.848,77	1.060.904,92	42.625,37	309.742,33	368.223,40	751.162,59	33.248,80	308.972,33
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI GERENCIAL elaborado pela Presidência da Funasa

EXERCÍCIO 2009 – DEMONSTRATIVO POR DESPESA

Grupo de Despesa		Elemento de Despesa		Empenhos por NE	Valores Pagos	Emp Liquidados a Pagar	RP Não Processados Inscricao	Empenhos liquidados
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.382.445,65	1.377.484,68	4.960,97		1.382.445,65
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30	MATERIAL DE CONSUMO	328.401,97	276.876,17	1.930,00	49.595,80	278.806,17
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	19.500,00	19.500,00			19.500,00
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	458.820,00	412.115,01	14.812,52	31.892,47	426.927,53
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.318.872,91	738.166,97		580.705,94	738.166,97
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	3.831.646,76	3.226.043,12	384,00	605.219,64	3.226.427,12
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45	EQUALIZACAO DE PRECOS E TAXAS	2.617,13	2.173,40		443,73	2.173,40
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	36.080,99	35.129,86		951,13	35.129,86
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	237.156,57	189.917,62		47.238,95	189.917,62
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	71.988,40	61.261,40	10.727,00		71.988,40
3	Total			7.687.530,38	6.338.668,23	32.814,49	1.316.047,66	6.371.482,72
4	INVESTIMENTOS	51	OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORC.	1.744.601,59	212.354,04		1.532.247,55	212.354,04
4	INVESTIMENTOS	52	EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	410.848,77	33.248,80	9.376,57	368.223,40	42.625,37
4	Total			2.155.450,36	245.602,84	9.376,57	1.900.470,95	254.979,41
	Total geral			9.842.980,74	6.584.271,07	42.191,06	3.216.518,61	6.626.462,13

FONTE SIAFI

EXERCICIO 2010 – DEMONSTRATIVO POR DESPESA

	Elemento de Despesa		Empenhos por NE	Valores Pagos	Emp Liquidados a Pagar	RP Não Processados Inscrição	Empenhos liquidados
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.641.639,28	1.641.639,28			1.641.639,28
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30	MATERIAL DE CONSUMO	747.754,41	378.989,73	142,20	368.622,48	379.131,93
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA	118.491,11	109.696,00		8.795,11	109.696,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.962.325,47	1.782.349,59		179.975,88	1.782.349,59
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	3.260.053,00	2.505.998,35	114.402,88	639.651,77	2.620.401,23
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	42.729,65	34.881,90	7.847,75		42.729,65
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	188.560,92	188.268,81		292,11	188.268,81
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	26.898,28	26.898,28			26.898,28
			7.988.452,12	6.668.721,94	122.392,83	1.197.337,35	6.791.114,77
INVESTIMENTOS	51	OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORB.	6.995.102,00			6.995.102,00	
INVESTIMENTOS	52	EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORB.	1.060.904,92	308.972,33	770,00	751.162,59	309.742,33
			8.056.006,92	308.972,33	770,00	7.746.264,59	309.742,33
			16.044.459,04	6.977.694,27	123.162,83	8.943.601,94	7.100.857,10

FONTE SIAFI

2.4.3 - INDICADORES INSTITUCIONAIS

Tendo em vista a necessidade de aprimoramento do processo de planejamento, bem como da institucionalização dos mecanismos e ferramentas que visam à melhoria da gestão, a Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação, de acordo com suas competências regimentais, vem adotando, desde 2008, um Modelo de Relatório de Avaliação. Optou-se por dar ênfase aos resultados alcançados pelas áreas finalísticas e de gestão da instituição, ou seja, nos eixos “**Saneamento Ambiental, Saúde Indígena e Gestão**”, optando-se pela construção de indicadores de desempenho que possibilitem avaliar as ações programadas e estabelecer parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade.

O Relatório de Avaliação faz parte de um conjunto de estratégias que visam o aperfeiçoamento e fortalecimento do processo de planejamento criado no âmbito da Funasa e veio numa tentativa de preencher a lacuna existente entre o momento de monitoramento e o de análise, e a comunicação dos resultados.

Este instrumento gerencial foi elaborado visando avaliar os esforços empreendidos pela Core no alcance das metas definidas no Plano Operacional; demonstrar os resultados alcançados; subsidiar o processo de Prestação de Contas Anual e feitura do Relatório de Gestão, bem como possibilitar a correção de distorções na execução das ações.

Em 2009, foi criado o Comitê de Planejamento e Monitoramento da Funasa pela Portaria nº 517, de 08 de maio de 2009, com o objetivo de elaborar e monitorar o Plano Operacional de 2009, bem como avaliar os resultados alcançados e demonstrar o esforço empreendido para o alcance da missão institucional.

Uma vez criado o Comitê de Planejamento e Monitoramento da Funasa, composto por 31 membros com representação de todas as áreas técnicas da presidência, se iniciou a formação de um grupo de trabalho e procedeu-se a revisão do “cardápio” de indicadores propostos em 2008 no Relatório de Avaliação. A iniciativa foi amparada e reforçada pela Portaria nº 202, que aborda, dentre outros assuntos, a necessidade de se estabelecer mecanismos (indicadores) capazes de medir o desempenho das coordenações regionais no tocante à execução das ações que estão sob sua responsabilidade.

Foram realizadas oito reuniões ordinárias do GT de Indicadores, além das reuniões específicas agendadas com as diversas áreas envolvidas as quais contou com a participação dos assistentes de planejamento das Core do RJ e PI, de forma continuada e de

SC e RR de forma pontual, reforçando o compromisso de se manter uma construção coletiva dos instrumentos e ferramentas institucionais.

Os trabalhos foram iniciados buscando uma revisão doutrinária do tema “Indicadores”, a fim de pacificar o entendimento entre os membros do mencionado GT, homogeneizando e disseminando o conhecimento. Inicialmente procurou-se discutir os conceitos reunidos em quatro referências literárias. Foram elas:

✓ *Manual de Avaliação do PPA, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG;*

✓ *Manual de Avaliação na Administração Pública, de Paulo Roberto Motta;*

✓ *Modelo Gerencial na Administração Pública, de Fernando Luiz Abrucio (Cadernos da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP);*

✓ *Revista do Tribunal de Contas da União – TCU.*

Como fruto desses encontros, foram consolidados num único documento os conceitos necessários para o entendimento e preenchimento das informações orientadoras na revisão dos Indicadores do Relatório de Avaliação de 2008 e nos Indicadores do documento proposto na Supervisão Técnica Administrativa – STA, além de formulados novos Indicadores propostos pelas áreas técnicas.

Desta forma foi elaborado o novo quadro de indicadores com as seguintes informações:

- **Indicador:** expressa o nome do indicador proposto considerando, a conceituação do termo;
- **Finalidade:** o que o indicador pretende expressar;
- **Método de cálculo:** a descrição da(s) variáveis que compõem o cálculo do indicador
- **Tipo:** qualificação do indicador dentre as seguintes categorias: eficiência, eficácia e efetividade;
- **Fonte:** origem dos dados considerados para a construção do indicador;
- **Método de aferição:** refere-se ao conjunto de técnicas utilizadas para mensurar os dados que constituirão a fórmula de cálculo. Ex: sistemas de informação
- **Área responsável pelo indicador:** identifica a área da Funasa responsável pela aplicação do indicador e a consequente produção da informação.

Dando continuidade a revisão do modelo de Relatório de Avaliação proposto em 2008, a CGPLA fechou o entendimento de que é mais oportuno que as Core trabalhem na produção de um documento que contemple a avaliação dos resultados e a comunicação desses em forma de Relatório Anual de Gestão; cuja estrutura estará calcada na forma e conteúdo proposto pela CGU. Ressaltando a importância da utilização dos indicadores para demonstrar o desempenho alcançado pela Funasa nos programas e ações que estão sob sua responsabilidade e o esforço empreendido para o cumprimento de sua missão institucional.

a) Indicadores da área de comunicação e educação em saúde

Indicador: Percentual de aldeias beneficiadas com ações de Educação em Saúde

Finalidade: Demonstrar a capacidade de realização de ações de educação em saúde nas aldeias indígenas

$$\frac{\text{Nº de aldeias beneficiadas com ações de educação em saúde e mobilização social}}{\text{Nº total de aldeias programadas no período}} \times 100$$

Fórmula de cálculo:

Tipo: Eficácia

Fonte: Relatórios de monitoramento das Ascom/Core e Presi

Método de aferição: Análise dos relatórios técnicos e de monitoramento

Área responsável pelo indicador: Ascom/Dsei

b) Indicadores de Saneamento Ambiental

Indicador: Percentual de aldeias com sistema de abastecimento de água implantado com recursos do PAC (*) (*) Acumulado – 2007 a 2009

Finalidade: Medir o percentual de de aldeias com sistema de abastecimento de água implantados com recursos do PAC

$$\frac{\text{Nº de aldeias com SAA(*)}}{\text{Total de aldeias previstas nos 4 anos do PAC}} \times 100$$

Fórmula de cálculo:

Tipo: Eficácia

Fonte: Planilha de acompanhamento de obras. Visita de acompanhamento de obras

Método de aferição: Planilha Acompanhamento de obras (Densp) E visita de acompanhamento de obras (Diesp)

Área responsável pelo indicador: DENSP/CORE

c) Indicadores Saúde Indígena

Indicador: Percentual de Pessoas com Esquema vacinal completo

Finalidade: Verificar o percentual de pessoas com esquema vacinal completo para sua faixa etária.

$$\frac{\text{N}^\circ \text{ de pessoas com esquema vacinal completo}}{\text{Total da população indígena no período}} \times 100$$

Fórmula de cálculo:

Tipo: Eficácia

Fonte: SIASI – Sistema de Informações da Saúde Indígena

Método de aferição: Consolidação das informações do Siasi

Área responsável pelo indicador : Desai, Core, Dsei

Indicador: Média percentual de crianças indígenas menores de 5 anos com acompanhamento do estado nutricional

Finalidade: Aferir o acompanhamento do estado nutricional de crianças indígenas menores de 5 anos

$$\text{Fórmulas de cálculo: } \frac{\text{Somatório \% de cobertura mensal (*)}}{12(\text{n meses com acompanhamento})} \times 100$$
$$\frac{\text{N}^\circ \text{ de crianças <5 anos acompanhadas no mês}}{\text{Total de criança <5 anos no mês}} \times 100$$

Tipo: Eficácia

Fonte: SISVAN

Método de aferição: Consolidação das informações do Sisvan

Área responsável pelo indicador : Desai, Core, Dsei

Indicador: Média percentual de gestantes indígenas com acompanhamento do estado nutricional

Finalidade: Aferir o acompanhamento do estado nutricional das gestantes indígenas

$$\text{Fórmulas de cálculo: } \frac{\text{Somatório \% de cobertura mensal (*)}}{12} \times 100$$
$$\frac{\text{N}^\circ \text{ de gestantes acompanhadas no mês}}{\text{Total de gestantes existentes no mês}} \times 100$$

Tipo: Eficácia

Fonte: SISVAN

Método de aferição: Consolidação das informações do Sisvan

Área responsável pelo indicador: Desai, Core, Dsei

Indicador: N° de pessoas infectadas por malária na população indígena

Finalidade: Demonstrar o n° de pessoas infectadas por malária na população indígena

Fórmula de cálculo: N° de pessoas infectadas

Tipo: Eficácia

Fonte: SIVEP/MALÁRIA

Método de aferição: Consulta a relatório do sistema SIVEP/MALARIA

Área responsável pelo indicador: Desai, Core, Dsei

Indicador:

Finalidade:

Fórmula de cálculo:

Tipo: Eficácia

Fonte:

Método de aferição:

Área responsável pelo indicador:

Indicador: Incidência de tuberculose pulmonar BK+ na população indígena

Finalidade: Estimar o risco de um indivíduo vir a desenvolver Tuberculose BK+

Fórmula de cálculo:
$$\frac{\text{Nº de casos de TB BK + confirmados}}{\text{População Total no período}} \times 100.000$$

Tipo: Eficácia

Fonte: SIASI

Método de aferição: Consolidação das informações do Siasi

Área responsável pelo indicador: Desai, Core, DSEI

Indicador: Coeficiente de mortalidade infantil na população indígena

Finalidade: Estimar o risco de morte dos nascidos vivos no 1º ano de vida

Fórmula de cálculo:
$$\frac{\text{Nº de óbitos de crianças < 1 ano}}{\text{Nº de nascidos vivos no período}} \times 1.000$$

Tipo: Eficácia

Fonte: Siasi

Método de aferição: Consolidação das informações do Siasi

Área responsável pelo indicador: Desai, Core, Dsei

2.4.3.1 – Análise do desempenho

a.1) Indicadores de Educação em Saúde

PROMOÇÃO, VIGILÂNCIA, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE

➤ **Produto:** CASAI Beneficiada

Especificação do Produto: Beneficiar 03 CASAIS com Ações de Educação em Saúde.

A meta foi parcialmente concluída (66,67%) porque a CASAI/Teresina/PI encontra-se em outro estado, dificultando o deslocamento.

$03 \times 100 : 2 = 66,67\%$.

➤ **Produto:** Aldeia Beneficiada

Especificação do Produto: Beneficiar 20 aldeias com ações de educação em saúde e mobilização social na atenção integral à saúde dos povos indígenas.

Foi cumprida 70% da meta devido a conflitos indígenas em alguns municípios, inviabilizando as atividades. As aldeias visitadas receberam orientações sobre a conservação e o uso adequado e racional dos módulos sanitários com os quais foram contemplados através de convênio com a Funasa.

14 aldeias beneficiadas x 100 : 20 aldeias programadas = 70% .

a.2) Indicadores de Saneamento Ambiental

AÇÃO: 20AF - APOIO AO CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO.

META: Apoiar Tecnicamente 26 Municípios no Controle da Qualidade da Água para o Consumo Humano.

Nº de Municípios Atendidos: 35

% de Atendimento: 135 %

AÇÃO: 7684 – SANEAMENTO BÁSICO EM ALDEIAS INDÍGENAS PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE AGRAVOS

META: Monitorar a Qualidade da água Consumida pela População Indígena no Estado do Maranhão em 50 Aldeias.

Nº de Aldeias Atendidas: 65

% de Atendimento: 130 %

Percentual de sistemas de Abastecimento de água, em aldeias, com monitoramento da qualidade da água para consumo humano * = 85 %

$$\frac{\text{Nº de sistemas de abastecimento de água em área indígena monitorado}}{\text{Total de sistemas de abastecimento de água em área indígena com tratamento}} \times 100 = 85 \%$$

Considerações: Apesar das dificuldades encontradas, a URCQA-MA, não só conseguiu cumprir as metas estabelecidas nas duas Ações que desenvolve, como conseguiu superá-las conforme demonstrado nos percentuais descritos acima e na planilha de Monitoramento do Plano Operacional 2010. Vale ressaltar que os sistemas pertencentes as áreas indígenas foram inspecionados por pelo menos duas vezes ao ano.

INDICADORES DE SANEAMENTO AMBIENTAL – PLANO DE GESTÃO 2010

<p>Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC (* Acumulado - 2007 a 2009. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)</p>	<p>Obras previstas no período: 66 Obras executadas: percentual <30% = 20 percentual >70% = 20 percentual =100% = 04</p>	<p>Indicador: 33,3% 33,3% 06,6%</p>
---	--	--

<p>Percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC (* Acumulado - 2007 a</p>	<p>Obras previstas no período: 06</p> <p>Obras executadas: percentual <30% = 02 percentual >70% = 01 percentual =100% = 00</p>	<p>33,3% 16,6% 00%</p>
<p>Percentual de aldeias com sistema de abastecimento de água implantado com recursos do PAC (* Acumulado – 2007 a 2009 OBS.:Será por Core – definido em reunião com técnicos do Densp em</p>	<p>Obras previstas no período: 36</p> <p>Obras executadas: percentual <30% = 12 percentual >70% = 00 percentual =100% = 24</p>	<p>33,3% 00 66,6%</p>
<p>Percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos doPAC (*Acumulado – 2007 a 2009)</p>	<p>SAA implantados: 24</p> <p>SAA com tratamento de água: 24</p>	<p>100%</p>
<p>Percentual de sistemas de Abastecimento de água, em aldeias, com monitoramento da qualidade da água para consumo humano *</p>	<p>SAA em funcionamento:170</p> <p>SAA, monitorados: 170</p>	<p>100%</p>
<p>Percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado com recursos do PAC (* Acumulado – 2007 a 2009</p>	<p>Comunidades previstas:100</p> <p>SAA implantados: 10</p>	<p>10%</p>

a.3) Indicadores de Saúde Indígena

Indicador	Finalidade	Tipo	Fonte	Índice alcançado em 2008(ref.)	Índice alcançado 2009	Resultado Alcançado em 2010
Média % de Crianças indígenas menores de 5 anos com acompanhamento do estado nutricional.	Aferir o acompanhamento do estado nutricional de crianças indígenas menores de 5 anos.	Eficácia	Sisvan	62,7	63,8%	41,6%
Média percentual de Gestantes indígenas com acompanhamento	Aferir o acompanhamento do estado nutricional das gestantes indígenas..	Eficácia	Sisvan	11,2	53,0	21,7%

o nutricional.						
Nº de pessoas infectadas por Malária na população indígena.	Demonstrar o Nº de pessoas infectadas por Malária na população indígena.	Eficácia	Sivep/ Malária	39	26	22
Incidência de tuberculose pulmonar BK+ na população indígena.	Estimar o risco de um indivíduo vir a desenvolver Tuberculose BK+.	Eficácia	Siasi	62,3	63,0	48,62
Coefficiente de mortalidade infantil na população indígena	Estimar o risco de morte dos nascidos vivos no 1º ano de vida	Eficácia	Siasi	48,2	49,6	23,8

– Resultados Alcançados

– Criança acompanhada - Indicador “Eficácia” – Menor de 5 anos: Resultado 63,8

A análise deste indicador demonstra um incremento na eficácia do acompanhamento das crianças menores de 5 anos, comparando com o alcançado em 2009: 63,8 e 2010 de 41,6% percebe-se uma redução no percentual de cobertura da ordem de 22,2%. Apesar disso, pode-se destacar outros ganhos, considerando o tipo de acompanhamento ofertado.

CRIANÇAS SUPLEMENTADAS EM 2010

Segue abaixo o número de crianças que foram suplementadas em cada Pólo Base no ano de 2010, com as fórmulas lácteas.

Pólo Base Amarante

Estado Nutricional	Quantidade
PMB	32
PB	24
RN	23
PA	-
RS	-
TOTAL	79 Crianças

Pólo Base Arame

Estado Nutricional	Quantidade
PMB	10
PB	40
RN	61
PA	-
RS	-
TOTAL	111 Crianças

Pólo Base Barra do Corda

Estado Nutricional	Quantidade
PMB	3
PB	23
RN	-
PA	-
RS	-
TOTAL	26 Crianças

Pólo Base Grajaú

Estado Nutricional	Quantidade
PMB	205
PB	-
RN	-
PA	-
RS	-
TOTAL	205 Crianças

Pólo Base Santa Inês

Estado Nutricional	Quantidade
PMB	05
PB	11
RN	02
PA	-
RS	-
TOTAL	18 Crianças

Pólo Base Zé Doca

Estado Nutricional	Quantidade
PMB	20
PB	-
RN	-
PA	-
RS	-
TOTAL	20 Crianças

As nutricionistas dos Pólos Base do DSEI-MA visando qualificar as condições nutricionais desta população, realizam suplementação com MEGADOSES de vitamina A nas aldeias a cada 6 meses, sendo que no ano de 2010 foram ministradas

Doses administradas de Vitamina A em 2010

DOSES	FAIXA ETÁRIA	Nº DE CRIANÇAS	QUANTIDADE SUPLEMENTADA	% Atendida
100.000 UI	Crianças de 6 a 11	420	110	26,2 %

Tabela 1 –Megadoses de Vitamina A, 2010
Fonte:DSEI-MA.

– Gestante acompanhada - Indicador “Eficácia” – Alcançado 53,0%

Verifica-se neste indicador uma queda também bastante expressiva, tendo em vista que a meta para o exercício era alcançar a cobertura de, no mínimo, 60% das gestantes e o resultado foi de 21,7%, o que corresponde a 36,16% da meta prevista. Entretanto, pode-se

constatar algumas mudanças significativas quanto aos seguintes tipos de ocorrências relacionadas ao períodos gestacional das mulheres indígenas, tais como:

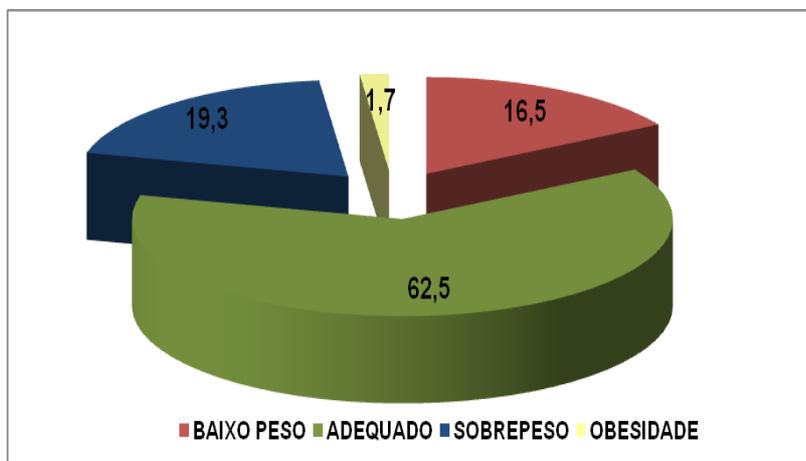


Gráfico 1 - Percentual de Gestantes avaliadas em 2010, SISVAN Indígena – MA

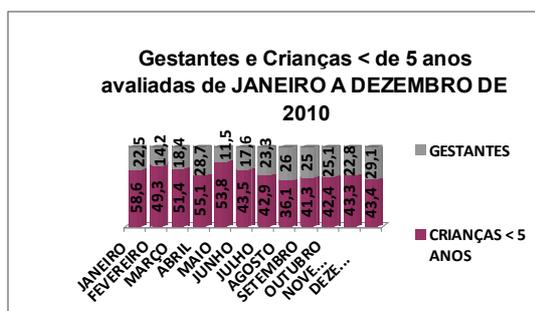


Gráfico 2 – Percentual de crianças < 5 anos e Gestantes avaliadas de Janeiro a Dezembro de 2010, quanto ao Peso e Idade pelo SISVAN Indígena - M

– Casos de Malária – Número absoluto de casos – Indicador “Eficácia” –

Resultado: 22

Os resultados alcançados corresponderam a uma redução da ordem de 25%, ou seja, 10% superior ao programado, refletindo uma maior parceria com os municípios na consecução das atividades preventivas contra a Malária.

– Tuberculose – Indicador “Eficácia” Resultado: 114,6% (Fonte: Relatório de Atividades 2010-DSEI-MA)

O Gráfico a seguir demonstra a identificação dos casos de Tb no ano de 2010 no DSEI-MA por município.

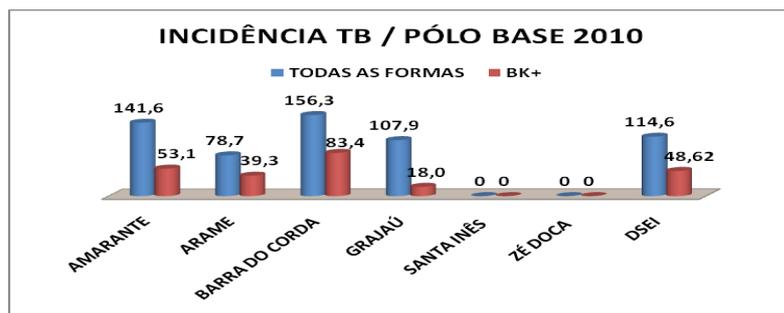


Gráfico 3 – Casos notificados TB
Fonte: SINAN TB/DSEI-MA

– Óbito Infantil Indígena – Indicador “Eficácia” Resultado: 23,8

Como mostra o gráfico 4 de janeiro a dezembro de 2010 ocorreram 26 óbitos em < ano, atingindo um coeficiente de mortalidade infantil de 23,8/1.000 nascidos vivos, sendo estes 34,6% óbitos neonatais precoce (óbitos na 1ª semana de vida) e 65,4% óbitos pós-neonatal (óbitos entre 28 e 364 dias), não foi detectado nenhum óbito neonatal tardio (óbitos entre 7 a 27 dias) nesse período, ocorreu também 10 óbitos fetais sendo 06 por aborto e 04 através do parto, sendo todos eles notificados e investigados.

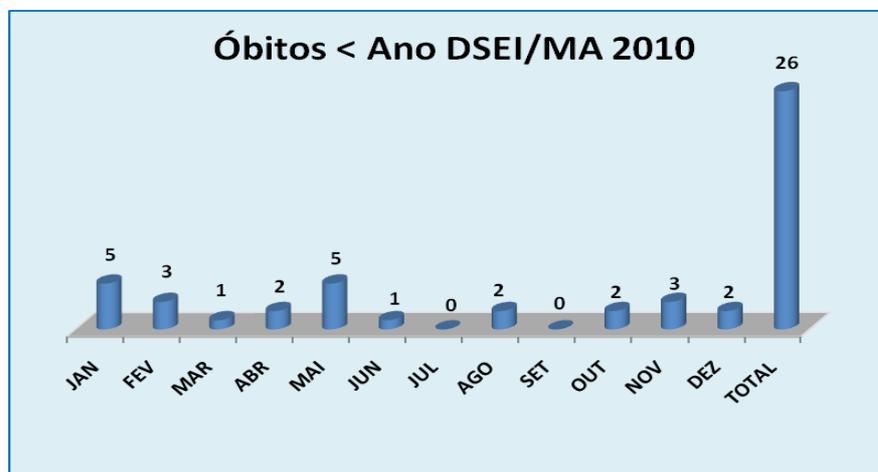


Gráfico 4: Óbitos < Ano 2010 DSEI/MA
Fonte: DSEI/MA

No ano de 2007, o percentual de mortalidade infantil foi de 72,8, sendo que 30,3 dos óbitos em menor de um ano foi por morte sem assistência médica, no que diz respeito ao ano de 2008, o índice de mortalidade infantil foi para 51,1% havendo uma redução de 21,7% em decorrência da busca ativa dos óbitos em área e maior monitoramento às sub notificações dos óbitos. Em 2009, o coeficiente ficou em 49,6%, indicando uma redução na ordem de 1,5%.

Em 2010, foi reduzido para 23,8/1000 nascidos vivos, o que representa um grande avanço no combate à mortalidade infantil indígena no Estado do Maranhão.

3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Quadro 3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$
1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
-		-			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
-	-	-	-	-	-
Razões e Justificativas: A UJ NÃO POSSUI INSCRIÇÕES NESTA CONTA “Não houve ocorrência no período para as Contas Contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 no SIAFI.					

Fonte:

4. INFORMAÇÕES SOBRE A INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro 4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	42.191,06	1.253,17	40.937,89	0,00
2008	17.546,21	0,00	17.546,21	0,00
2007	0,00	0,00	248.153,71	0,00
2006	55.956,37	105.368,49	528.262,63	0,00
2005	18.540,00	0,00	63.805,44	0,00
0,00 Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	3.216.518,61	169.837,74	2.157.392,45	889.288,42
2008	1.764.379,40	442.847,45	1.321.531,95	0,00
2007	3.404.846,84	948.782,39	1.719.933,82	487.976,92
2006	1.811.381,46	27.838,53	1.205.868,18	0,00
2005	4.383.578,22	1.352.400,63	2.985.912,15	0,00
Observações:				

Fonte: SIAFI GERENCIAL elaborado pela Presidência da Funasa

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

Quadro 5.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos-Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo		409	409	
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira		406	-	-
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		406	-	-
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		01	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório		-		
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas		02	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários		02	04	02
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos		409	1910	1501
1.4.2 Removidos				
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada				
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo				
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas		01	-	-
3 Total		821	2323	1502

Fonte:

Quadro 5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	35	8	119	413	97
1.3. Servidores com Contratos Temporários			2		
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença			4		
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento			05		

Superior					
2.3. Funções gratificadas				10	4

Fonte: SIAPE

Quadro 5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira		12	48	95	419	204			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença									
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						05			
2.3. Funções gratificadas					13	01			

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte:
SIAPE/

Quadro 5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária	694	49
1.2 Compulsório	10	01
1.3 Invalidez Permanente	55	04
1.4 Outras		
2 Proporcional		
2.1 Voluntária	110	-
2.2 Compulsório	19	-
2.3 Invalidez Permanente	15	-
2.4 Outras	-	-

Fonte: SIAPE

Quadro 5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
--	-------------------------------	----------------------------

1. Integral	750	19
2. Proporcional	48	17

Fonte: SIAPE

Quadro 5.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
Área Fim	15	13	11	13	
Área Meio					
Nível Médio					
Área Fim					
Área Meio	26	23	13	24	163.305,90 (*)

Fonte: SIAPE (*) – valor apresentado inclui ao dois níveis, considerando que o sistema não disponibiliza a nível local valores separados.

Quadro 5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008								
2009								
2010								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	24.325.638,08	378.417,26	63.146.265,64	5.969.476,99	8.921.749,74	-	-	102.741.547,71
2009	45.790.395,10	419.201,07	45.983.518,90	12.878.723,07	4.324.986,82	-	-	109.396.824,96
2010	37.622.572,42	196.923,40	29.411.390,16	8.199.326,59	7.110.931,30	1.333.878,64	-	83.875.022,51
Servidores com Contratos Temporários								
2008								
2009								
2010	159.380,00							159.380,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	107.232,75							107.232,75
2009	256.354,12							256.354,12
2010	55.609,45							55.609,45
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008								
2009								
2010	130.450,39							130.450,39
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008								
2009								
2010	78.876,00							78.876,00
Celista (inclusive os cedidos, com ônus)								

2008								
2009								
2010	45.800,18		4.928,90	3.277,80				54.006,88

Fonte:

5.5. – Locação de Mão-de-obra mediante contratos de prestação de serviços.

Unidade Contratante													
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE/SUEST/MA													
Ug/Gestão: 255010							CNPJ: 26.989.350/0007-01						
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	V	O		01.689.274/0001-00	17.07/2009	16.07.2011			56	56			P

Unidade Contratante													
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE/SUEST/MA													
Ug/Gestão: 255010							CNPJ: 26.989.350/0007-01						
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O		10.688.152/0001-82	01.09/2009	31.08.2011	20	20					P

Quadro 5.9 – Contratação de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE/SUEST/MA													
Ug/Gestão: 255010							CNPJ: 26.989.350/0007-01						
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	4	O		04.904.360/0001-79	14.09.2009	07.07.2010	03	03					E

Unidade Contratante													
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE/SUEST/MA													
Ug/Gestão: 255010							CNPJ: 26.989.350/0007-01						
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	4	O		41.617.168/0001-28	26.07.2010	25.07.2011	03	03					A

Unidade Contratante													
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE/SUEST/MA													
Ug/Gestão: 255010							CNPJ: 26.989.350/0007-01						
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	1	O		07.800.844/0001-66	14.08.2009	13.08.2011			34	33			A

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		14	
		Montante Repassado		4.435.376	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	96	05
			Montante Repassado (R\$)	25.772.738	1.419.061
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	24		
		Montante Repassado (R\$)	5.278.532		
2009	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
2008	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			

Fonte:

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			212	05
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		-	-
		Montante repassado (R\$)		-	-
		Quantidade Aprovada		50	04

	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Reprovada	66	01
		Contas NÃO analisadas	Quantidade de TCE	20	
			Quantidade	96	
			Montante repassado (R\$)	25.772.738	
2009	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2008	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado					
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado			

Fonte:

7. REGISTROS ATUALIZADOS NO SISTEMA SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, JAIR VIEIRA TANNÚS JÚNIOR, CPF. 021.767.301-78 N°. , ocupante do cargo de Superintendente desta Fundação Nacional de Saúde, declaro em observância ao item 7 do Anexo II da Decisão Normativa nº 107, de 27 de outubro de 2010, que as informações referentes aos contratos firmados por esta Unidade Gestora, estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e serão disponibilizados e atualizados no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº. 11.768, de 14 de agosto de 2008.

São Luís, MA, 28 de março de 2011.

Superintendente Estadual da Funasa

8. DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

DECLARAÇÃO

Eu, JAIR VIEIRA TANNÚS JÚNIOR, CPF. 021.767.301-78, ocupante do cargo de Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado de (UF), declaro em observância ao Item 8 do Anexo II da Decisão Normativa nº 107, de 27 de outubro de 2010, que foram cumpridas as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas dos servidores lotados nesta UJ.

São Luís, MA, 28 DE MARÇO de 2011.

Jair Vieira Tannús Júnior
Superintendente Estadual da Funasa Maranhão

9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Para a obtenção dos resultados constantes nos itens 9.1 e 10.1, optou-se pela avaliação através do Colegiado de Gestão, onde, em reunião, foram discutidos pontualmente cada item e em seguida foram selecionados os níveis de avaliação considerados pela maioria, como aqueles que mais refletem a realidade desta Superintendência, por tratar-se de formulário de ampla abrangência que contempla instituições com vários perfis e missões.

Quadro 9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			

7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X*		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais: *A avaliação neutra em relação ao item 8 prende-se ao fato da significativa insuficiência de pessoal, associada a ausência de perfil de vários servidores face a redefinição da missão institucional. Não obstante essas dificuldades há uma sistemática política de capacitação dos servidores					

para potencializá-los ao exercícios das novas funções.
 No que concerne aos itens 18, 28, 29 e 30 cabe destacar que não há uma política ou sistema instituído, mas instrumentos de monitoramento permanentes adotados.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Quadro 10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				

<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	X				
<p><i>Considerações Gerais:Item 5 – Quase a totalidade das lâmpadas da SUEST são econômicas. Foi realizada mudança do tipo de consumo com opção pelo verde, reduzindo em cerca de 30% o consumo de energia.</i></p> <p><i>Item 9 – A posição neutra justifica-se pelo fato de os produtos serem adquiridos através de licitação na modalidade de menor preço.</i></p> <p><i>Item – 12 – A avaliação parcialmente válida justifica-se em face de ter sido desenvolvido pela administração, envolvendo toda a equipe visando a redução do consumo de energia.</i></p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11. GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Quadro 11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF-MA		
	Araguanã	05	05
	Amarante	02	02
	Açailândia	08	08
	Barra do Corda	04	04

Bacabeira	01	01	
Carolina	04	04	
Codó	04	04	
Capinzal do Norte	02	02	
Campestre do Maranhão	01	01	
Cidelândia	02	02	
Coroatá	01	01	
Caxias	06	06	
Estreito	03	03	
Itinga do Maranhão	01	01	
Imperatriz	02	02	
Jenipapo dos Vieiras	01	01	
Maranhãozinho	01	01	
Nova Olinda do Maranhão	03	03	
Pinheiro	01	01	
Porto Franco	01	01	
Pedreiras	02	02	
Pindaré Mirim	01	01	
Rosário	04	04	
São Pedro da Água Branca	05	05	
São João do Paraíso	01	01	
Sítio Novo do Maranhão	01	01	
São Francisco do Brejão	01	01	
São João do Sóter	01	01	
Santa Luzia do Paruá	01	01	
São João dos Patos	01	01	
São Bento	01	01	
São Luís	03	03	
Vila Nova dos Martírios	02	02	
Viana	01	01	
Zé Doca	05	05	
Subtotal Brasil	83	83	
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
cidade "n"			
Subtotal Exterior	Σ	Σ	
Total (Brasil + Exterior)	83	83	

Fonte: Setor de Patrimônio.

Quadro 11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município "n"	-	-

	UF "n"	Σ	Σ
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município "n"	-	-
	Subtotal Brasil	Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ

Quadro 11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
255010	0711.0009.500-1	5	-	68.484,08	-	-	-	-
255010	0731.00079.500-8	5	-	471.049,57	-	-	-	-
255010	0753.00009.500-7	5	-	358.971,01	-	-	-	-
255010	0753.00010.500-2	5	-	27.404,16	-	-	-	-
255010	0763.00011.500-5	5	-	733.646,33	-	-	-	-
255010	0769.00014.500-0	5	-	77.349,33	-	-	-	-
255010	0837.00009.500-1	5	-	598.158,28	-	-	-	-
255010	0861.00008.500-9	5	-	53.917,38	-	-	-	-
255010	0861.00009.500-4	5	-	53.312,58	-	-	-	-
255010	0867.00002.500-5	5	-	86.760,90	-	-	-	-
255010	0869.00020.500-0	5	-	17.976,80	-	-	-	-
255010	0869.00021.500-5	5	-	190.141,52	-	-	-	-
255010	0891.00005.500-4	5	-	409.741,29	-	-	-	-
255010	0907.00003.500-3	5	-	76.135,99	-	-	-	-
255010	0919.00006.500-3	5	-	67.485,00	-	-	-	-
255010	0921.00548.500-2	4	-	186.466,87	-	-	-	-
255010	0921.00549.500-8	4	-	361.401,60	-	-	-	-
255010	0941.00007.500-5	5	-	125.255,81	-	-	-	-
255010	0949.00002.500-3	5	-	166.897,83	-	-	-	-
255010	0961.00016.500-9	5	-	67.877,60	-	-	-	-

			SUB-TOTAL	4.198.433,93					
			SUB-TOTAL	4.199.038,93		-			
255010	0961.00017.500-4	5	-	475.518,37	-	-	-	-	
255010	0963.00005.500-5	5	-	674.283,88	-	-	-	-	
Total							5.348.236,18	Σ	Σ

OBSERVAÇÕES:

1. Imóveis sem os Registros Imobiliários Patrimoniais

- 03 Terrenos;
- 20 Casas Funcionais (Residências para técnicos);
- 02 Distritos Sanitários;
- 25 Postos de Saúde;
- 09 Centros de Saúde;
- 02 Unidades Mistas;
- 01 Área Técnica e Administrativa (DSEI).

2. Com o processo de descentralização a maioria dos imóveis foram cedidos para o Estado e Municípios em área em que a FUNASA deixou de atuar, dificultando o acompanhamento da situação física dos imóveis; estado de conservação bem como a atualização do valor de mercado.

12. GESTÃO DE TI.

“Não se aplica à natureza jurídica da UJ”

13. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO

GASTOS COM CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL - CPGF						
Cd UG	Nome UG	Ano	Valor Saques	Valor Compras	Vator Total	Saques (%)
255010	SUEST - MA	2010	22.258,00	92.744,61	115.002,61	19,35

A utilização da modalidade de saques com o CPGF devem-se à quantidade excessiva de forcedores nos diversos municípios do estado que não são credenciados ao VISA, não nos permitindo a procura por outros fornecedores de outros municípios devido à distância que inviabilizaria a economicidade, e principalmente nas aldeias indígenas na prestação de serviços de saneamento. além de diversos pagamento com emplacements de viaturas que não são possíveis por meio do cartão a crédito.

14. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

“Não se aplica à natureza jurídica da UJ”

15. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES DO TCU

Quadro 15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE					FUNASA - (2207)
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
		1936/2009	9.1.3		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE – SUPERINTENDENCIA MARANHAO					FUNASA - (2207)
Descrição da Deliberação:					
<p>9.1.3.1 realize levantamento minucioso de vícios, irregularidades, inconsistências ou incoerências entre as quais, aquelas já apontadas, pela Controladoria-Geral da União no Maranhão, no Relatório de Demandas Especiais n.º 00209.000067/2007-92 e no Relatório de Auditoria Anual de Contas n.º 208093, exercício de 2007, e pela Funasa, no Relatório 2/2007, da Audit/Funasa, e nos Relatórios da Sindicância, do Processo Administrativo Disciplinar e da Tomada de Contas Especial abertos para apurar fatos relacionados à execução e pagamento de serviços de transporte contratados junto à referida cooperativa, na respectiva documentação comprobatória das despesas ainda não pagas à Coopersat, devendo-se, no âmbito desse levantamento, promover a verificação das seguintes questões, entre outras que se mostrem pertinentes em face das ocorrências já detectadas:</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
GABINETE DA SUEST MA					FUNASA - (2207)
Síntese da providência adotada:					
<p>Ítem 9.1.3.1- Quanto a realização de levantamento minucioso de vícios, irregularidades, inconsistências ou incoerências entre as quais, aquelas já apontadas, pela Controladoria-Geral da União no Maranhão, no Relatório de Demandas Especiais n.º 00209.000067/2007-92 e no Relatório de Auditoria Anual de Contas n.º 208093, exercício de 2007, e pela Funasa, no Relatório 2/2007, da Audit/Funasa, e nos Relatórios da Sindicância, do Processo Administrativo Disciplinar e da Tomada de Contas Especial abertos para apurar fatos relacionados à execução e pagamento de serviços de transporte contratados junto à referida cooperativa – Foi instaurada a Sindicância Processo nº 25170.002.148/2009-02 o qual encontra-se atualmente na Corregedoria/Audit/PRESI para manifestação e/ou instauração de Processo Administrativo Disciplinar.</p> <p>- Quanto a realização de levantamento minucioso na respectiva documentação comprobatória das despesas ainda não pagas à Coopersat, devendo-se, no âmbito desse levantamento, promover a verificação das seguintes questões, entre outras que se mostrem pertinentes em face das ocorrências já detectadas, foi criado Grupo de Trabalho, Processo nº 25170.027.720/2009-38, cujos trabalhos foram concluídos.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Cumprido parcialmente em virtude da necessidade de conclusão do Processo de Sindicância 25170.002.148/2009-02 que encontra-se na Corregedoria, cuja responsabilidade pela instauração de PAD quando trata-se de processos que envolvem o gestor maior nas Superintendências, até porque, somente o Presidente pode aplicar as penalidades nos mesmos.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:					
<p>Houve um grande empenho desta Superintendência visando o cumprimento fiel e em tempo hábil das determinações do Acórdão 1936/2009, sendo que a parte do levantamento referente aos processos ainda não pagos foi cumprida pelo grupo de trabalho. Quanto ao levantamento dos vícios constantes nos processos efetivamente pagos, pela complexidade do trabalho e pela necessidade de identificação dos responsáveis pelos pagamentos de faturas por serviços NÃO PRESTADOS, foi instaurado o devido processo legal (Sindicância nº 25170.002.148/2009-02) a qual encontra-se na Corregedoria face a controvérsia entre o entendimento da mesma de que todos os fatos e ocorrências já haviam sido identificados e os responsáveis punidos, enquanto</p>					

que esta SUEST entende que as ocorrências de dano ao erário pelo pagamento de serviços não prestados, dentre outros não haverem sido apuradas no PAD 25100.039.937/2007-52 o que vem ocasionando morosidade no atendimento da determinação constante no Acórdão acima mencionado.

A responsabilidade da Auditoria Interna quanto a Abertura de PAD encontra-se definida no Estatuto desta Instituição conforme segue:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

DECRETO Nº 7.335, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010.

Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, e dá outras providências.

Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, e dá outras providências.

Art. 9º À Auditoria Interna compete:

I - acompanhar e fiscalizar a gestão das políticas públicas, bem como a execução dos programas de governo a cargo da FUNASA;

II - verificar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da FUNASA;

III - planejar, executar e acompanhar os trabalhos de auditorias preventivas e corretivas nos órgãos e unidades descentralizadas da FUNASA, inclusive nos entes responsáveis pela movimentação de recursos transferidos mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumentos similares;

IV - acompanhar e apoiar os órgãos de controle interno e externo em sua missão institucional; e

V - promover a instauração de sindicâncias, processos administrativos disciplinar e tomadas de contas especiais.

Quadro 15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC,026.590/2010-7	6713/2010	1	Aposentadori a	CONTROLE 25318-TCU
02	TC,008.245/2003-4	3629/2008	1	Aposentadori a	CONTROLE 20019-TCU
03	TC,007.800/2007-3	3285/2010	1	Aposentadori a	CONTROLE 20573-TCU
04	TC.012.403/2010-5	3623/2010	1	Aposentadori a	CONTROLE 20958-TCU
05	TC.017.652/2010-3	4135/2010	1	Aposentadori a	CONTROLE 21845-TCU
06	TC.016.729/2007-5	5544/2010	1	Aposentadori a	CONTROLE 23700-TCU
07	TC.007.800/2007-3	5301/2010	1	Aposentadori a	CONTROLE 23442-TCU
08	TC.016.729/2007-5	5544/2010	1	Aposentadori a	CONTROLE 23700-TCU
09	TC.019.939/2010-8	5622/2010	1	Aposentadori a	CONTROLE 23871-TCU
10	TC.017.474/2010-8	5604/2010	1	Aposentadori a	CONTROLE 23846-TCU
11	TC.019.776/2010-1	5605/2010	1	Aposentadori a	CONTROLE 23852-TCU
12	TC.021.020/2010	5952/2010	1	Aposentadori	CONTROLE 24498-TCU

	-8			a	
13	TC.026.352/2010 -9	6706/2010	1	Aposentadori a	CONTROLE 25311-TCU
14	TC.023.163/2010 -0	6702/2010	1	Aposentadori a	CONTROLE 25308-TCU
15	TC.026.434/2010 -5	6732/2010	1	Aposentadori a	CONTROLE 25305-TCU
16	TC.021.881/2010 -3	6730/2010	1	Aposentadori a	CONTROLE-25306-TCU
17	TC.027.256/2010 -3	6719/2010	1	Aposentadori a	CONTROLE 25669-TCU
18	TC.011.872/2008 -7	7813/2010	1	Aposentadori a	CONTROLE 25788-TCU
19	TC.024.557/2010 -2	6919/2010	1	Aposentadori a	CONTROLE 26139-TCU
20	TC.019.847/2010 -6	7371/2010	1	Aposentadori a	CONTROLE 26512-TCU
21	TC.007.361/2003 -9	6919/2010	1	Aposentado	CONTROLE.25706-TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE					FUNASA 2207
Descrição da Deliberação:					
Pareceres emitidos nos autos para fins de providências, por perda de objetos emitidos					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos – Sereh					FUNASA 2207
Síntese da providência adotada:					
Notificação dos Interessados, atuados nos Acórdãos, para providenciarem o solicitado e/ou justificarem a pendência.					
Síntese dos resultados obtidos					
Suspensão dos Efeitos do Acórdão, retorno do servidor a condição de ativo,					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro 15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MARANHÃO					FUNASA - (2207)
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	002.411/2000-5	4647/2010	1.6.1		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE					FUNASA - (2207)
Descrição da Deliberação:					
Regularizar a situação dos bens imóveis.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Setor de Patrimônio da Divisão de Administração					FUNASA - (2207)
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Foram instruídos todos os processos de regularização dos imóveis da FUNASA descentralizados para o Estado e Municípios do Maranhão, sendo anexados os Termos de Cessão de Uso, em substituição aos Termos de Comodato firmados com os cessionários acima referidos, que deixaram de ser concluídos pelos fatores a seguir apontados.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>1ª – O não comparecimento dos gestores a esta SUEST para assinatura dos Termos de Cessão de Uso, não obstante a solicitação formulada através de ofício e de reiteradas ligações telefônicas. Até a presente data foram assinados e publicados 5 (cinco) Termos de Cessão de Uso, de um total de 59 (cinquenta e nove) imóveis.</p> <p>2ª – A inexistência de cobertura orçamentária para as despesas com deslocamento de servidores para a realização da vistoria dos imóveis, indispensável à formalização do Termo de Cessão de Uso.</p> <p>3ª – Inicialmente esta SUEST foi instruída a proceder a formalização dos Termos de Cessão de Uso apenas para os imóveis regularizados; com a devida escritura pública, devidamente lançados no Sistema ASI, que totalizavam 19 (dezenove). Faltando poucos dias para o vencimento do prazo improrrogável para o cumprimento do Acórdão, fomos informados, via telefônica, que os Termos de Cessão de Uso deveriam ser providenciados para todos os imóveis, independente de estarem ou não regularizados.</p>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE					FUNASA-2207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
21	TC.007.361/2003-9	6919/2010	1	Aposentado	CONTROLE.25706-TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE					FUNASA-2207
Descrição da Deliberação:					
Adoção de parte das providências pertinentes ao Acórdão 3086/2010-TCU-Plenário					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos – FUNASA					FUNASA-2207
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Encaminhamos Notificação aos servidores aposentados, para que providenciasse as documentações, o que					

demanda tempo para seu comparecimento a esta Superintendência, considerando que muitos aposentados residem no interior, e muitos não tem condições de locomoverem-se para providenciarem a documentação, necessitando serem acompanhados por parentes, assim como o prazo dado pelo INSS, para fornecimento das certidões homologadas por aquele órgão, leva de 30 a 40 dias, necessitando de agendamento. Encaminhamos parte da documentação já recebida através do Ofício nº. 0521/SEREH/SUEST-MA/FUNASA, em 31.03.2011.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
A demora no recebimento pelo interessado das correspondências através dos correios, o prazo estabelecido pelo INSS após agendamento para fornecimento das certidões homologadas por este órgão. A dificuldade principal é o tempo que o servidor passou aposentado, e tão somente agora são analisados os documentos que comprovam tempo de serviço, e muitas vezes o servidor já faleceu,. O tempo que varia de 12 a 18 anos que o servidor se aposentou , idade superior a 70 anos.

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU/PR

ACOMPANHAMENTO DAS RESPOSTAS PRELIMINARES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA - RA (PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTE)

IDENTIFICAÇÃO DO RA: Relatório de Auditoria/ Nota de Auditoria/Nota Técnica nº: 244043 – Auditoria Anual de Gestão exercício 2009.		COMUNICAÇÃO EXPEDIDA:	
ÍTEM DO RA: CONSTATAÇÃO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	UNIDADE	RESPOSTA DA UNIDADE
(020)- Ausência de documentos que comprovassem a caracterização de notória especialização em dois processos de inexigibilidade de licitação, no valor total de R\$ 6.360,00.	001- Doravante, inserir nos processos de despesas documentos que comprovem, de forma inconteste, o enquadramento na situação de inexigibilidade de licitação por notória especialização das empresas contratadas.	DIADM/SOM AT	Recomendação atendida conforme análise e posição da CGU através da Nota Técnica nº 2649/CGU-Regional/MA-CGU/PR, de 09 de novembro de 2010.
CONSTATAÇÃO: (026) Divergência entre o enquadramento legal para a concessão de abono de permanência contido nos processos e o registrado no SIAPE; Definição de prazo do efeito financeiro sem a devida justificativa.	RECOMENDAÇÃO: 001 Proceder os ajustes quanto à data do efeito financeiro proveniente da concessão do abono de permanência, que deve ser aquela referente ao dia em que o servidor poderia ser aposentado, mas optou por permanecer em atividade, independente da data da solicitação.	DIREH/SACA D	Recomendação atendida conforme análise e posição da CGU através da Nota Técnica nº 2649/CGU-Regional/MA-CGU/PR, de 09 de novembro de 2010
Constatação: 025 – Pagamento de	da Recomendação: (001) – Promover a revisão do direito à	DIREH/SACA D	Recomendação atendida conforme análise e posição da CGU através da Nota Técnica nº 2649/CGU-Regional/MA-CGU/PR, de 09 de novembro de 2010

Adicional de Insalubridade sem suporte documental que ampare a concessão dos referidos adicionais.	percepção dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade de todos os servidores da Coordenação, por meio do preenchimento do formulário constante do Anexo 2 do Laudo de Avaliação Ambiental do Trabalho da FUNASA-CORE-MA, elaborado em abril de 2007.		
CONSTATAÇÃO: (030) Servidores com idade igual ou superior a 70 (setenta) anos ainda na situação de ativo permanente.	RECOMENDAÇÃO: 001 Proceda os ajustes necessários à alteração da situação funcional dos servidores relacionados no fato, indevidamente cadastrados como "Ativo Permanente".	DIREH/SACA D	Recomendação atendida conforme análise e posição da CGU através da Nota Técnica nº 2649/CGU-Regional/MA-CGU/PR, de 09 de novembro de 2010
CONSTATAÇÃO: (003)- Servidor percebendo vantagem do art. 192, Inciso II da Lei 8.112, com valores indevidos.	Recomendação 001 – Instaurar procedimento administrativo prévio, com estrita observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório, para efetivação da restituição dos valores da vantagem do art. 192, pagos a maior ao servidor Matrícula SIAPE 36205-0496093.	Direh/sapag	RECUSA ACEITA conforme análise e posição da CGU através da Nota Técnica nº 2649/CGU-Regional/MA-CGU/PR, de 09 de novembro de 2010
CONSTATAÇÃO: (027) Pagamento de proventos integrais a 3 servidores aposentados proporcionalmente.	Recomendação 001 - Instaurar procedimento administrativo prévio, com estrita observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório, para efetivação da restituição dos valores da vantagem do art. 192, pagos a maior aos servidores matricula SIAPE 36205-519692,0473763,650117	DIREH/SAPA G	Recomendação atendida conforme análise e posição da CGU através da Nota Técnica nº 2649/CGU-Regional/MA-CGU/PR, de 09 de novembro de 2010.

15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU/PR

ACOMPANHAMENTO DAS RESPOSTAS PRELIMINARES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA - RA (PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTE)

IDENTIFICAÇÃO DO RA: Relatório de Auditoria/ Nota de Auditoria/Nota Técnica nº: 244043 – Auditoria Anual de Gestão exercício 2009.		COMUNICAÇÃO EXPEDIDA:	
ÍTEM DO RA: CONSTATAÇÃO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	UNIDADE	RESPOSTA DA UNIDADE
CONSTATAÇÃO: (021) Ausência de pesquisa de preços em processos de dispensa de licitação, no valor total de R\$ 10.260,00.	RECOMENDAÇÃO: 001 Doravante, inserir, nos processos de dispensa de licitação, documentos que se prestem a comprovar suficientemente a realização de pesquisas de preços ou o estabelecimento de parâmetros que justifiquem o enquadramento nessa situação.	DIADM/SOM AT	Reiterado conforme Nota Técnica 2649/CGU, em 09.11.2010. Manifestação da Unidade: VER COM ISIDIO/PIORSKI
CONSTATAÇÃO: (003) Despesas de outros exercícios não pagas pela Unidade, configurando situação de enriquecimento sem causa pela Administração Pública.	RECOMENDAÇÃO: 001 Fazer as gestões necessárias na Presidência da Instituição para que seja iniciado novo procedimento apuratório em que se identifiquem as despesas pendentes a serem pagas e os responsáveis pelas impropriedades cometidas. Caso não haja previsão orçamentária para a cobertura dos gastos já em 2010, o montante apurado	GAB/DIADM/ DIREH	Reiterado conforme Nota Técnica 2649/CGU, em 09.11.2010. Manifestação da Unidade: O grupo de trabalho criado através da Portaria nº 401, de 09.09.2010, publicada no BS nº 37 de 13.09.2010, concluiu os trabalhos apuratórios, emitindo Relatório Final, encontrando-se o processo atualmente na Presidência desta Fundação, para pronunciamento da Procuradoria Geral Federal, sendo que logo após o seu retorno, serão adotadas as demais providências quanto ao reconhecimento da Dívida, inscrição dos débitos e solicitação de orçamento. <i>Cumprir ressaltar que foi emitida Orientação de Execução – DEADM/CGOFI Nº 01, de 11.03.2011, a qual determina manifestação prévia da PGF, da Auditoria Interna e encaminhamento ao departamento de Administração de todos os processos de Reconhecimento de Dívida.</i>

	<p>deverá constar da proposta orçamentária da Fundação para 2011.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Proceder ao registro dos valores apurados na conta 2.1.2.1.1.11.00 (Fornecedores por insuficiência de créditos/recursos), tão logo seja confirmado o valor do passivo.</p>		
<p>CONSTATAÇÃO: (025) Ausência de laudos de avaliação ambiental para a concessão de adicional de insalubridade</p>	<p>Recomendação: (001) Suspender os pagamentos dos adicionais de insalubridade e periculosidade até que sejam cumpridos os preceitos legais relacionados à concessão destes benefícios;</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Realizar o levantamento de possíveis valores pagos indevidamente e promover o ressarcimento ao erário.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 Manter controles junto ao Órgão cessionário com vistas ao acompanhamento de quaisquer alterações quanto a localização e as atividades desempenhadas pelos referidos servidores que configurem como causa de suspensão ou manutenção do pagamento desse benefício.</p>	<p>DIREH/SACA D</p>	<p>Reiterado conforme Nota Técnica 2649/CGU, em 09.11.2010.</p> <p>Manifestação do Gestor: Os processos estão sendo emitidos de forma rotineira, obedecendo o disposto no Laudo de Avaliação sendo que, por força dos processos de redistribuição dos servidores, para o Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância Epidemiológica e por último para a SESAI – Secretaria de Atenção à Saúde Indígena, havendo a necessidade de reorganização dos processos dos servidores redistribuídos junto ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde, havendo portanto a necessidade de dar continuidade aos trabalhos.</p>

<p>CONSTATAÇÃO: (027) Disponibilização parcial de documentos/processos de cessão de servidores.</p>	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 Tomar providências no sentido garantir um local apropriado para o arquivamento de documentos/processos; Promover, na medida do possível, a recuperação dos documentos/processos.</p>	<p>DIADM</p>	<p><i>O Grupo de Trabalho instituído através da Portaria nº 375, (cópia anexa), para no prazo de 120 (Cento e vinte) dias providenciar a recuperação do arquivo permanente desta Coordenação, realizou o trabalho preliminar de retirada do material que se encontrava em total desorganização e constatou a impossibilidade de dar continuidade ao processo de arquivamento em face das condições precárias do imóvel. O GT, para dar prosseguimento à reestruturação, encaminhou o Memorando nº 111/SEREH/COREMA/FUNASA, solicitando a recuperação das duas salas que eram utilizadas para o arquivo permanente da SUEST.</i> <i>Foi instruído o processo de licitação de nº 25170.002.601/2011-97, que se encontra no Setor de Material aguardando a definição do orçamento anual da SUEST para o devido prosseguimento.</i></p>
<p>CONSTATAÇÃO: (032) Ausência de cadastramento dos atos de pensão civil e de aposentadoria no SISAC.</p>	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 Promova a capacitação de outros servidores com vistas a garantir que o cadastro dos atos de pessoal estejam sempre atualizados no SISAC.</p>	<p>DIREH/SACAD</p>	<p>Reiterado conforme Nota Técnica 2649/CGU, em 09.11.2010. Manifestação do Gestor: Foram realizados Treinamentos em Serviços de 03 servidores que atuam na área de cadastramento de aposentadorias e pensões, realizado na Superintendência Estadual de Belém PA, sendo dessa forma, concluída a recomendação emanada por parte dessa Controladoria, visto que os processos encontram-se sendo lançados no SISAC rotineiramente.</p>
<p>CONSTATAÇÃO: (030) Servidores com idade igual ou superior a 70 (setenta) anos ainda na situação de ativo permanente.</p>	<p>RECOMENDAÇÃO: 002 Realizar levantamento dos valores pagos indevidamente aos servidores que continuaram recebendo proventos como "Ativo Permanente" e proceder o ressarcimento ao erário.</p>	<p>DIREH/SAPAG</p>	<p>Reiterado conforme Nota Técnica 2649/CGU, em 09.11.2010 Manifestação do Gestor: Pelas razões expostas no Plano de Providencia, esta Superintendência encontra-se impossibilitada de proceder esse tipo de ajuste por tratar-se de transação feita somente pelo nível central do SERPRO/SIAPE</p>
<p>CONSTATAÇÕES 036 E 037: Não haviam sido respondidas No Plano de Providencias por constarem no RA-244043-FUNASA/MA no qual não constava o sumário da</p>	<p>Recomendação 001 - A FUNASA/CORE-MA deverá providenciar as justificativas para todas as metas de seu Plano Operacional não alcançadas em 2009, assim como a informação das providências adotadas ou a serem adotadas para corrigir as disfunções que ocasionaram esse</p>	<p>ASPLAM/DEPIN/PRESIDENCIA</p>	<p>Justificativas da Constatação 036 apresentadas no presente relatório, sob o Título de Justificativa e para a Constatação 037: Manifestação da Unidade Examinada: A definição de novos indicadores depende do Departamento de Planejamento na Presidência da Funasa. Entretanto, a recomendação será comunicada quando houver reunião entre os representantes das SUESTs e os do nível central. Convém lembrar, que os indicadores relativos à saúde indígena passarão a ser de responsabilidade da Secretaria</p>

<p>constatação.</p>	<p>não alcance. ITEM 02 - AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE GESTÃO RECOMENDAÇÃO: 001 A FUNASA/CORE/MA deverá formular novos indicadores de desempenho para as suas atividades meio e finalísticas, de forma que sejam considerados também aspectos de eficiência e de efetividade da gestão e que se prestem a diagnósticos úteis à tomada de decisão.</p>		<p>de Saúde Indígena - SESAI - Ministério da Saúde</p>
<p>CONSTATAÇÕES 007 E 008</p>	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 A Coordenação Regional da FUNASA no Estado do Maranhão deverá efetuar minucioso levantamento do estoque de convênios sob sua responsabilidade em relação aos procedimentos de acompanhamento/avaliação, com identificação, em especial, dos casos em que as obras encontram-se paralisadas e sob risco de perda total dos investimentos já realizados, inclusive quanto ao prejuízo potencial ao Erário, submetendo tal levantamento à Presidência da Fundação com proposta de atuação e indicação dos recursos humanos/materiais necessários.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Implantar metodologia/rotina que inclua nas fiscalizações realizadas a verificação da conformidade/qualidade técnica</p>	<p>DIESP</p>	<p>Manifestação do Gestor: Os trabalhos de levantamento minucioso do estoque de convênios foram concluídos. Entretanto, face às mudanças ocorridas e a nova estruturação da Funasa, o estabelecimento de novas metodologias e rotinas que permitam o atendimento integral da Recomendação.</p>

	das obras objetos das transferências voluntárias pactuadas pela FUNASA, independentemente do acompanhamento por engenheiro do conveniente ou de empresa por este contratado.		
--	--	--	--



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MARANHÃO

JUSTIFICATIVAS PARA ATENDIMENTO DA CONSTATAÇÃO 036 DO PLANO DE PROVIDÊNCIAS 2010

Constatação 036

Recomendação 001 - A FUNASA/CORE-MA deverá providenciar as justificativas para todas as metas de seu Plano Operacional não alcançadas em 2009, assim como a informação das providências adotadas ou a serem adotadas para corrigir as disfunções que ocasionaram esse não alcance.

AÇÃO 7684 – Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos					
SUBAÇÃO 33519 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos - CORE/MA.					
META FÍSICA	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO	ATOS E FATOS QUE PREJUDICARAM O DESEMPENHO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
Promover a operação e a manutenção dos sistemas de abastecimento de água existentes nas aldeias do DSEI/MA.	133	80	60,15	Dificuldade de transportar as equipes de manutenção devido à intensidade das chuvas em alguns meses de 2009.	Como as dificuldades consistem principalmente na questão ligada ao acesso, cabe ao gestor local assegurar a construção de estradas vicinais que com vistas a garantir a entrada das equipes. Sendo necessário visita ao gestor local para sensibiliza-lo sobre o problema.
AÇÃO 6908 – Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental					
SUBAÇÃO 32896 - Fomento à Educação em Saúde Voltada para Saneamento Ambiental na CORE/MA.					
META FÍSICA	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO	ATOS E FATOS QUE PREJUDICARAM O DESEMPENHO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
Assessorar e supervisionar os municípios conveniados com a FUNASA, com a implantação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento básico, convênios 2004 a 2005, visando parecer técnico, convênios 2006 a 2008, PAC e Água na Escola.	163	110	67,48	Deficiência de viaturas para deslocamento dos técnicos e deficiência de recursos tecnológicos na cobertura das ações educativas, pautas, reportagens e cerimonial.	Buscar superar os problemas de transporte e logística trabalhando em conjunto com os técnicos da DIESP
AÇÃO 7652 – Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos					
SUBAÇÃO 33516 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos - CORE-MA					
META FÍSICA	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO	ATOS E FATOS QUE PREJUDICARAM O DESEMPENHO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MARANHÃO

Apoiar o beneficiamento de 500 famílias com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares (relativos a convênios em vigência em exercícios anteriores).	500	360	72%	Carência de Pessoal	Solicitação de profissionais à Presidência da Funasa e habilitação dos Técnicos em Saneamento para auxiliar nos trabalhos.
Acompanhar 65 convênios de exercícios anteriores.	65	45	69,23	Não informado.	Não informado.
AÇÃO 10GD - Implantação e melhorias de sistemas públicos de abastecimento de água em municípios de até 50 mil habitantes ou integrantes de consórcios públicos, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE).					
SUBAÇÃO 33537 - Implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água em municípios de até 50 mil habitantes - CORE-MA.					
META FÍSICA	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO	ATOS E FATOS QUE PREJUDICARAM O DESEMPENHO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
Apoiar o beneficiamento de 1000 famílias com a implantação e melhorias de sistemas públicos de abastecimento de água, relativos à execução de pleitos em vigência do exercício do exercício de 2008 e 2009	1000	800	80%	Carência de profissionais	Solicitação de profissionais à Presidência da Funasa.
AÇÃO 10GE - Implantação e melhorias de sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios de até 50 mil habitantes ou integrantes de consórcios públicos, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE).					
SUBAÇÃO 33537 - Implantação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios de até 50 mil habitantes - CORE-MA.					
META FÍSICA	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO	ATOS E FATOS QUE PREJUDICARAM O DESEMPENHO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
Apoiar o beneficiamento de 500 famílias com a implantação e melhorias de sistemas públicos de esgotamento sanitário (relativos a convênios em vigência de exercícios anteriores).	500	400	80%	Carência de profissionais	Solicitação de profissionais à Presidência da Funasa.
III - PROGRAMA 0150 - Proteção e Promoção dos Povos Indígenas					
AÇÃO 6140 - Vigilância e segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas.					
SUBAÇÃO 33539 - Implementação das ações de vigilância alimentar e nutricional nas áreas indígenas.					
META FÍSICA	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO	ATOS E FATOS QUE PREJUDICARAM O DESEMPENHO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional em 95% das crianças menores de 5 anos no DSEI.	95%	63,8%	67,15%	Dificuldades relacionadas à cultura da população assistida, especialmente no que se refere à aceitação de outros alimentos.	Verificar com as nutricionistas outras opções de alimentos que tenham mais aceitação pelas comunidades indígenas
AÇÃO 8740 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena.					
SUBAÇÃO 33575 - Implementação das ações de atenção integral à saúde da mulher e da criança indígena.					
META FÍSICA	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO	ATOS E FATOS QUE PREJUDICARAM O DESEMPENHO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MARANHÃO

Alcançar, no DSEI, cobertura vacinal de 85% para a vacina triplice viral e hepatite B em crianças de 1 - 4 anos de idade.	85%	31,88%	37,5%	Os resultados não correspondem à realidade, pois o programa SIASI não vem sendo alimentado de forma rotineira nos pólos-base por falta de equipamentos e estrutura	Os resultados exatos serão apresentados quando da consolidação dos dados, manualmente, pela área técnica do DSEI.
Alcançar 60% de pessoas com esquema vacinal completo no DSEI.	60%	22,65%	37,75%	Os resultados não correspondem à realidade, pois o programa SIASI não vem sendo alimentado de forma rotineira nos pólos-base por falta de equipamentos e estrutura	Os resultados exatos serão apresentados quando da consolidação dos dados, manualmente, pela área técnica do DSEI.
AÇÃO 4572 - Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação.					
SUBAÇÃO 33595 - Participação de servidores públicos federais da FUNASA em eventos de capacitação.					
META FÍSICA	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO	ATOS E FATOS QUE PREJUDICARAM O DESEMPENHO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
Promover a participação de servidores públicos federais na FUNASA em exercício na CORE-MA em eventos de capacitação (Nº de participações)	280	222	79,28	Descentralização dos recursos no segundo semestre o que muitas vezes inviabiliza os processos licitatórios.	Solicitar à Presidência a disponibilidade e orçamentária/financeira no primeiro semestre do exercício.
Promover a participação de servidores públicos federais na FUNASA em exercício na CORE-MA em eventos de capacitação (Nº de servidores capacitados)	235	152	65,68	Descentralização dos recursos no segundo semestre o que muitas vezes inviabiliza os processos licitatórios.	Solicitar à Presidência a disponibilidade e orçamentária/financeira no primeiro semestre do exercício.

16. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

**DECLARAÇÃO DA CONTADORA ANEXA AO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE
CONTAS Nº 25170.001.711/2011-31**

17. INFORMAÇÕES SOBRE COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

“Não se aplica à natureza jurídica da UJ”

18. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS PARTIDÁRIOS

“Não se aplica à natureza jurídica da UJ”



19. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS CONSTITUCIONAIS

“Não se aplica à natureza jurídica da UJ”

20. INDICADORES DE EMPENHO DO IFES

“Não se aplica à natureza jurídica da UJ”

21. ANÁLISE DE SITUAÇÃO FINANCEIRA

“Não se aplica à natureza jurídica da UJ”

22. REMUNERAÇÃO PARA ADMINISTRADORES DE EMPRESAS PÚBLICAS

“Não se aplica à natureza jurídica da UJ”

23. CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”

“Não se aplica à natureza jurídica da UJ”

24. INFORMAÇÕES A RESPEITO DA DESIMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS

“Não se aplica à natureza jurídica da UJ”

FUNASA



Fundação
Nacional
de Saúde

Ministério da
Saúde

G O V E R N O F E D E R A L



PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA